



DIVULGAÇÃO DE  
**RESULTADOS**  
**2022**

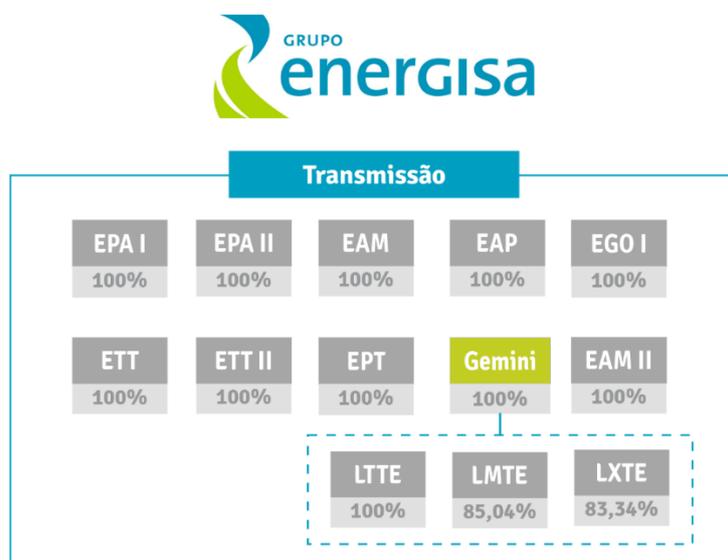
## Energisa Transmissão de Energia S/A | Resultados 2022

**Cataguases, 16 de março de 2023** - A Administração da Energisa Transmissão de Energia S/A (“Energisa Transmissão”, “ETE” ou “Companhia”) apresenta os resultados do quarto trimestre (4T22) e do exercício de 2022. As demonstrações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

### 1. Visão Geral

As atividades do Grupo Energisa também incluem ativos em transmissão de energia, decorrentes das aquisições de 8 lotes em leilões, de 2017 a 2022, e 4 concessões operacionais adquiridas através do mercado secundário nos anos de 2021 e 2022, totalizando 12 concessões de transmissão com aproximadamente 3.116 mil km em linhas de transmissão e 14.372 MVA de capacidade de transformação. A Receita Operacional Anual consolidada é de R\$ 781,5 milhões, sendo R\$ 742,6 milhões de RAP (ciclo 2022-23) e R\$ 38,9 milhões em receitas de fibra ótica.

Segue abaixo quadro de composição acionária da Energisa Transmissão:



Seguem abaixo quadros com o resumo as concessões de transmissão operacionais e em construção do Grupo:

Transmissoras operacionais:

Nome	Data Assinatura do contrato	UF	Extensão (Km)	Capacidade de transformação MVA	Entrada em Operação	Antecipação realizada	Capex realizado/Preço de Aquisição (R\$ mm)	RAP Ciclo 22-23 (R\$ mm)	Receitas de Fibra Ótica	Status
EGO I	ago/17	GO	136 (CD)	1.344	mar/20	17 meses	255,9	49,7	-	Operacional
EPA I	ago/17	PA	267 (CD)	300	nov/20	16 meses	318,3	62,7	-	Operacional
EPA II	set/18	PA	139 (CD/CS)	1.800	dez/21	12 meses	421,2	48,3 <sup>(e)</sup>	-	Operacional
ETT	mar/19	BA/TO	734 (CS)	850	jan/23	15 meses	756,2	79,9	-	Operacional
EPT	jun/16	MT	-	150	jun/19	-	102,1	12,2	-	Operacional
LMTE	out/08	AP/PA	685	1.000	jun/13	-	-	142,2 <sup>(d)</sup>	22,2	Operacional
LXTE	out/08	PA	508	1.500	jun/13	-	802,7	156,4 <sup>(d)</sup>	16,7	Operacional
LTTE	dez/11	RJ/SP	259	4.200	out/17	-	-	75,2 <sup>(d)</sup>	-	Operacional
<b>Total</b>			<b>2.794</b>	<b>11.144</b>			<b>2.656,8</b>	<b>626,6</b>	<b>38,9</b>	<b>-</b>

## Empreendimentos em construção:

Nome	Data Assinatura do contrato	UF	Extensão (Km) <sup>(a)</sup>	Capacidade de transformação MVA	Entrada em Operação (Aneel)	Avanço Físico <sup>(b)</sup>	Capex Estimado <sup>(c)</sup> (R\$ milhões)	RAP Ciclo 22-23 (R\$ milhões)	Status
EAM	mar/21	AM	365 (CD / CS)	2.728	mar/26	50,4% <sup>(d)</sup>	1.027,5	79,9 <sup>(e)</sup>	Parcial
ETT II	set/21	TO	-	200	set/24	18,72%	84,1	4,8	Em Construção
EAP	mar/22	AP	10	300	set/25	7,72%	149,9	12,6	Em Construção
EAM II	set/22	AM	12,9	-	ago/27	-	210,4	18,7	Em Construção
<b>Total</b>			<b>387</b>	<b>3.228</b>			<b>2.471,9</b>	<b>116,0</b>	<b>-</b>

Notas: CD - Circuito duplo / CS - Circuito Simples. . (a) KM de linhas das concessões em construção considera valores estimados no edital do leilão. (b) Dados de avanço físico atualizados para dezembro/2022 (c) Atualizado por IPCA da data do leilão + otimização de CAPEX (exceto EAM I que não considera otimização) / (d) 30,04% do status refere-se as instalações operacionais da EAM / (e) Considera receita adicional de reforços.

Maiores informações e detalhes estão disponíveis [no link](#).

### 1.1. Destaques do Período:

Em 22 de dezembro de 2022, foi divulgado ao mercado a emissão do termo de liberação das funções de transmissão 1 e 2 da Energisa Tocantins Transmissora de Energia S.A (“ETT”), sendo a data base da função 1 desde 07 de novembro de 2022 e a data base da função 2 desde 17 de dezembro de 2022. A função Transmissão 1 abarca a linha de transmissão 230kV Dianópolis II - Palmas, subestação Palmas e subestação Dianópolis II (nova). Esse trecho possui 261 km de linha de transmissão e adiciona 37,0% da RAP total do empreendimento para a Companhia. A função de transmissão 2 compreende a linha de transmissão 230kV Dianópolis II - Gurupi, subestação Gurupi e subestação Dianópolis II. Esse trecho possui 256 km de linha de transmissão e adiciona 37,4% da RAP total do empreendimento. Essa etapa da obra foi concluída em 45 meses após a assinatura do contrato de concessão com antecipação média de 15 meses frente a data regulatória prevista. Isso significa também antecipação de receita para o Grupo Energisa.

Já no dia 26 de janeiro de 2023, foi emitido o termo de liberação da terceira e última função de transmissão com data base da função 3 desde 20 de janeiro de 2023, que abarca a linha de transmissão 230kV Dianópolis II - Barreiras II, subestação Barreiras II e subestação Dianópolis II e possui 255 km de linha de transmissão. Esse trecho foi concluído em 46 meses após a assinatura do contrato de concessão com antecipação de 14 meses frente a data regulatória prevista e adiciona 25,6% da RAP total do empreendimento para resultado do Grupo. O total de investimentos realizados no empreendimento foi de R\$ 756,2 milhões.

### 1.2. Homologação da Receita Anual Permitida (RAP) - Ciclo 2022/2023

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória 3.067/2022 que estabeleceu reajustes pelo IPCA de 11,74% das Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessões de transmissão para o ciclo 2022-2023, passando a valer a partir de 1.º de julho de 2022 até 30 de junho de 2023. Assim, a receita anual permitida das transmissoras do grupo Energisa passa a ser de R\$ 742,6 milhões para o ciclo 2022/2023 (R\$ 659,5 para o ciclo de 2021/2022), conforme segue.

Transmissoras	Ciclo 2021/2022	Ciclo 2022/2023
Energisa Goiás (EGO)	44,4	49,7
Energisa Pará I (EPA I)	56,1	62,7
Energisa Pará II (EPA II)	43,3	48,3
Energisa Tocantins I (ETT I)	71,5	79,9
Energisa Amazonas (EAM)	71,5	79,9
Energisa Tocantins II (ETT II)	4,3	4,8
Energisa Amapá (EAP)	11,3	12,2
Energisa Amazonas II (EAM II)	17,7	18,7
Energisa Paranaíta (EPT)	11,3	12,6
Linhas Macapá (LMTE)	125,4	142,2
Linhas Xingú (LXTE)	139,7	156,4
Linhas Taubaté (LTTE)	63,4	75,2
<b>Total</b>	<b>659,5</b>	<b>742,6</b>

## 2. Principais Diferenças - Regulatório x IFRS

Os resultados financeiros das Companhias do segmento de transmissão de energia do Brasil são elaboradas a partir de dois métodos de contabilização: 1) Demonstrações Financeiras IFRS preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), conhecido como Resultado IFRS, baseados nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras; e 2) Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), definida como resultado regulatório.

**Receita:** No societário, os investimentos realizados ao longo da concessão são contabilizados como ativo de contrato no balanço patrimonial, sendo reconhecido uma receita de construção de infraestrutura como contrapartida na demonstração de resultados. Além disso, também é contabilizada a remuneração do ativo de contrato com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão. Após a entrada em operação, a receita de construção de infraestrutura deixa de ser contabilizada e a receita operacional dos serviços de operação e manutenção passa a ser reconhecida. Por outro lado, na contabilidade regulatória, os investimentos são tratados como ativo imobilizado, sendo depreciados ao longo de sua vida útil, e a Receita é representada de fato pelos recebimentos após a entrada em operação do ativo (a Receita Anual Permitida, conhecida como RAP) reconhecida mensalmente através do faturamento, ao longo do prazo da concessão, assemelhando-se à receita percebida no fluxo de caixa operacional.

**Custo de Construção:** Os custos de implementação de infraestrutura no societário que são os investimentos realizados durante o período pré-operacional, são reconhecidos no resultado, enquanto na contabilidade regulatória inexistem.

**Depreciação:** No societário, os investimentos relativos às concessões são reconhecidos como ativo contratual no balanço patrimonial. O ativo imobilizado reconhecido no resultado IFRS se refere aos bens da Companhia e não relacionados à concessão. Na contabilidade regulatória, os investimentos realizados na concessão são contabilizados como imobilizado, sofrendo depreciação ao longo da sua vida útil, limitado ao prazo do contrato de concessão.

**IR/CSLL:** São calculados de acordo com os resultados apurados em cada modalidade de reconhecimento contábil como consequência das diferenças temporárias entre as bases de cálculo societárias e regulatórias, são constituídos os respectivos tributos diferidos.

### 2.1. Resultado Societário

A adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou IFRS 15 (CPC 47) passou a ser obrigatória a partir do mês de janeiro de 2018, e a Companhia optou pelo IFRS 15 (CPC 47) em que a entidade deve reconhecer as receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços (reconhecimento do Ativo de Contrato de Concessão).

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme definidas nas normas do CPC 47.

### 2.2. Resultado Regulatório

Com relação às Demonstrações Contábeis Regulatórias, cuja contabilização é preparada e elaborada com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e a receita operacional que as concessionárias têm direito a receber é chamada de Receita Anual Permitida (RAP), garantida pelo contrato de concessão e anualmente reajustada pela inflação.

## 3. Resultados econômico-financeiros consolidado - Societário x Regulatório

### 3.1. Principais impactos no resultado societário

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro societário consolidado da ETE:

Desempenho Econômico-Financeiro IFRS Resultados - R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21	%	2022	2021	%
Receita de construção de infraestrutura	43,5	135,7	- 68,0	438,7	628,2	- 30,2
Ganho na Eficiência na implementação da Infraestrutura	272,1	(37,6)	-	310,6	(96,3)	-
Receita das margens da obrigação de performance da construção	(13,1)	82,2	-	139,4	291,8	- 52,2
Receita de Operação e Manutenção	15,9	10,9	+ 44,9	51,1	27,2	+ 87,5
Remuneração dos ativos de concessão	65,8	55,7	+ 18,2	702,0	185,4	+ 278,6
Outras Receitas Operacionais	11,9	2,0	+ 488,8	24,5	5,3	+ 363,1
<b>Total da Receita Bruta</b>	<b>396,0</b>	<b>249,0</b>	<b>+ 59,1</b>	<b>1.666,3</b>	<b>1.041,6</b>	<b>+ 60,0</b>
Deduções da Receita	(35,1)	(27,3)	+ 28,3	(128,2)	(70,5)	+ 81,8
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>361,0</b>	<b>221,6</b>	<b>+ 62,9</b>	<b>1.538,0</b>	<b>971,1</b>	<b>+ 58,4</b>
PMSO	(54,3)	(8,9)	+ 509,6	(79,9)	(38,9)	+ 105,4
Custo de Construção	(99,6)	(125,3)	- 20,5	(470,3)	(582,0)	- 19,2
Depreciação/Amortização	(0,2)	(0,1)	+ 243,8	(0,3)	(0,2)	+ 101,3
<b>EBITDA</b>	<b>207,2</b>	<b>87,5</b>	<b>+ 136,8</b>	<b>987,9</b>	<b>352,8</b>	<b>+ 180,1</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>57,4</b>	<b>39,5</b>	<b>+ 17,9 p.p.</b>	<b>64,2</b>	<b>36,3</b>	<b>+ 27,9 p.p.</b>
Resultado financeiro	(105,3)	(41,5)	+ 153,7	(350,4)	(91,9)	+ 281,3
Contribuição social e imposto de renda	(64,7)	(18,8)	+ 244,8	(242,0)	(79,5)	+ 204,4
<b>Lucro Líquido</b>	<b>36,9</b>	<b>27,1</b>	<b>+ 36,0</b>	<b>395,2</b>	<b>181,2</b>	<b>+ 118,1</b>

**Receita Operacional Líquida (societário):** No 4T22, a Energisa Transmissão de Energia S/A apresentou receita operacional líquida societária consolidada de R\$ 361,0 milhões, um crescimento de R\$ 139,3 milhões representando 62,9% em comparação ao 4T21 devido: (i) ao reconhecimento das receitas da Gemini (R\$ 287,5 milhões) e Paranaíta (R\$ 9,0 milhões), empresas adquiridas em junho de 2022 e fevereiro de 2022 respectivamente; (ii) aos impactos da inflação (11,74%) na RAPs das empresas do grupo, conforme resolução homologatória ANEEL nº 3.076/22; e (iii) à entrada em operação parcial da ETT em dezembro 2022 que por consequência, trouxe redução da receita de construção da infraestrutura de R\$ 97,5 milhões.

**Custos e despesas:** a linha de PMSO alcançou R\$ 54,3 milhões, um aumento R\$ 45,3 milhões no 4T22 em comparação com o 4T21. O aumento refere-se basicamente: (i) à consolidação dos custos e despesas da Gemini (empresa adquirida em junho de 2022), com destaque para serviço com terceiros (R\$ 35,3 milhões); e (ii) ao aumento do CAPEX na concessão EAM em função do novo empreendimento em construção. Em compensação, houve uma redução no custo de construção da ETT e EPA II devido à evolução das obras e início de suas operações em dezembro de 2022 e dezembro de 2021 respectivamente.

**EBITDA e Margem EBITDA:** o EBITDA societário alcançou R\$ 207,2 milhões na comparação entre 4T22 e o 4T21, um aumento de R\$ 119,7 milhões devido ao crescimento das receitas.

**Resultado Financeiro:** as despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 105,3 milhões no 4T22, aumento de R\$ 63,8 milhões devido ao aumento da dívida bruta após a aquisição das empresas Gemini (R\$ 2,0 bilhão) e captações ocorridas no período na ETE (R\$ 350,0) e na controlada ETT (R\$ 281,6 milhões).

**Lucro Líquido:** No 4T22, o lucro líquido atingiu R\$ 36,9 milhões, crescimento de R\$ 9,8 milhões em virtude principalmente da consolidação das empresas Gemini (empresa adquirida em junho de 2022), reduzido pelo aumento das despesas financeiras, em função do incremento da dívida bruta da Companhia.

## 3.2. Principais impactos no resultado regulatório

Aviso: Nesta seção são apresentados os resultados societários e regulatórios do segmento de transmissão da Companhia. Os resultados regulatórios têm a finalidade de apresentar uma análise do desempenho regulatório/gerencial das transmissoras, seguindo as práticas do mercado de transmissão. Portanto, não deve ser considerado como relatório econômico-financeiro oficial da Companhia para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que segue as normas contábeis internacionais do IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR's) aqui apresentadas são auditadas anualmente até 30 de abril de cada exercício na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Assim, os assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente à conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro regulatório consolidado da ETE:

Desempenho Econômico-Financeiro Regulatório Resultados - R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21	%	2022	2021	%
Receita Anual Permitida	162,2	18,5	+ 775,4	444,0	123,8	+ 258,6
Total da Receita Bruta	162,2	18,5	+ 775,4	444,0	123,8	+ 258,6
Deduções da Receita	(15,3)	(1,2)	+ 1.182,6	(39,6)	(6,1)	+ 544,7
Receita Operacional Líquida	146,9	17,3	+ 747,4	404,4	117,7	+ 243,7
Custos e despesas	(53,8)	(9,0)	+ 499,0	(86,7)	(37,8)	+ 129,1
Amortização/Depreciação	(42,3)	(8,5)	+ 395,5	(114,6)	(30,5)	+ 275,5
EBITDA	93,1	8,4	+ 1.014,8	317,7	79,8	+ 298,0
Margem EBITDA	63,4	48,2	+ 15,2 p.p.	78,6	67,8	+ 10,7 p.p.
Resultado financeiro	(105,3)	(14,1)	+ 645,6	(350,3)	(27,5)	+ 1.172,3
Contribuição social e imposto de renda	(8,4)	(5,2)	+ 62,1	(57,2)	(14,7)	+ 289,3
Lucro Líquido	(62,9)	(19,5)	+ 222,3	(204,4)	7,1	-

**Receita operacional líquida:** No 4T22, a ETE apresentou uma receita operacional líquida regulatória de R\$ 146,9 milhões, R\$ 129,6 milhões maior do que o registrado no 4T21 devido (i) à aquisição das concessões da Gemini Energy (LMTE, LXTE e LTTE) em 10 de junho de 2022; (ii) à aquisição da concessão da Energisa Paranaíta em fevereiro de 2022; (iii) à entrada em operação da concessão Energisa Tocantins I em dezembro de 2022 (+R\$ 5,2 milhões); e (iv) ao reajuste inflacionário de 11,74% (IPCA) do ciclo 2022/2023 da RAP (receita anual permitida) de acordo com a resolução homologatória ANEEL nº 3.076/22.

**Custos e despesas:** No 4T22, a linha atingiu R\$ 53,8 milhões, impacto de R\$ 44,8 milhões em comparação com o 4T21 em virtude, principalmente da consolidação dos custos e despesas das empresas Gemini (empresas adquiridas em junho de 2022) com destaque para serviço com terceiros (R\$ 35,3 milhões).

**Amortização e Depreciação:** esta linha atingiu R\$ 42,3 milhões, aumento de R\$ 50,8 milhões, em função da entrada em operação na EPA II em 2021, aquisição dos ativos das empresas Gemini em junho 2022 e Paranaíta em fevereiro de 2022.

**EBITDA e Margem EBITDA:** o EBITDA Regulatório alcançou R\$ 93,1 milhões no 4T22, crescimento de R\$ 84,8 milhões acima do registrado no 4T21, principalmente pelos efeitos explicados na receita operacional líquida;

**Resultado Financeiro:** as despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 105,3 milhões no 4T22, aumento de R\$ 91,2 milhões devido ao aumento da dívida bruta após a aquisição da Gemini (R\$ 2,0 bilhões) e captações ocorridas no período na ETE (R\$ 350,0 milhões) e na controlada ETT (R\$ 281,6 milhões).

**Lucro Líquido/Prejuízo:** No 4T22, a Companhia registrou um prejuízo de R\$ 62,9 milhões, impacto de R\$ 43,4 milhões explicado principalmente pelas maiores despesas financeiras no período.

## 4. Estrutura de capital

### 4.1. Caixa e Endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizou R\$ 305,8 milhões em dezembro, frente aos R\$ 369,4 milhões registrados em setembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, a dívida líquida foi de R\$ 4.102,9 milhões contra R\$ 4.151,3 milhões em 30 de setembro de 2022.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos períodos a seguir:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2022	30/09/2022	31/06/2022
<b>Circulante</b>	<b>865,7</b>	<b>956,5</b>	<b>906,5</b>
Empréstimos e financiamentos	196,1	198,2	193,6
Debêntures	640,4	716,7	686,8
Encargos de dívidas	12,2	18,7	6,8
Benefícios pós-emprego	0,0		
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	17,0	22,8	19,4
<b>Não Circulante</b>	<b>3.543,0</b>	<b>3.564,1</b>	<b>3.480,9</b>
Empréstimos e financiamentos	1.340,0	1.282,3	1.225,6
Debêntures	2.288,4	2.349,4	2.342,6
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(85,4)	(67,6)	(87,4)
<b>Total das dívidas</b>	<b>4.408,7</b>	<b>4.520,6</b>	<b>4.387,4</b>
(-) Disponibilidades financeiras:	305,8	369,4	387,4
✓ Caixa e equivalentes de caixa	165,6	81,6	132,0
✓ Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	140,1	287,8	255,4
<b>Total das dívidas líquidas</b>	<b>4.102,9</b>	<b>4.151,3</b>	<b>4.000,0</b>

## 5. Investimentos

No 4T22, as transmissoras da ETE e GEMINI concretizaram investimentos consolidados que totalizaram R\$ 111,6 milhões, 10,9% a menos que no mesmo período do ano anterior.

Investimentos Valores em R\$ milhões	Ativos Elétricos			Obrigações Especiais			Ativos Não Elétricos			Investimento Total		
	4T22	4T21	Var. %	4T22	4T21	Var. %	4T22	4T21	Var. %	4T22	4T21	Var. %
EPA I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EPA II	9,2	28,3	- 67,6	-	-	-	0,0	0,0	+ 100,0	9,2	28,3	- 67,6
EGO I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ETT	65,4	88,5	- 26,1	-	-	-	1,1	-	-	66,4	88,5	- 24,9
ETT II	3,1	2,0	+ 53,5	-	-	-	-	-	-	3,1	2,0	+ 53,5
EAM	24,6	6,5	+ 279,4	-	-	-	0,2	0,0	+ 1.261,5	24,8	6,5	+ 281,3
EAP	2,8	-	-	-	-	-	-	-	-	2,8	-	-
GEMINI	4,7	-	-	-	-	-	0,6	-	-	5,3	-	-
<b>Total</b>	<b>109,7</b>	<b>125,3</b>	<b>- 12,4</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1,8</b>	<b>0,0</b>	<b>+ 10.688,2</b>	<b>111,6</b>	<b>125,3</b>	<b>- 10,9</b>

Investimentos Valores em R\$ milhões	Ativos Elétricos			Obrigações Especiais			Ativos Não Elétricos			Investimento Total		
	2022	2021	Var. %	2022	2021	Var. %	2022	2021	Var. %	2022	2021	Var. %
EPA I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EPA II	52,4	186,8	- 71,9	-	-	-	0,1	0,3	- 58,5	52,5	187,1	- 71,9
EGO I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ETT	413,1	376,6	+ 9,7	-	-	-	1,6	0,0	+ 164.400,0	414,7	376,6	+ 10,1
ETT II	5,5	2,0	+ 173,0	-	-	-	-	-	-	5,5	2,0	+ 173,0
EAM	80,7	256,0	- 68,5	-	-	-	0,6	1,3	- 58,4	81,2	257,3	- 68,4
EAP	8,2	-	-	-	-	-	-	-	-	8,2	-	-
GEMINI	28,2	-	-	-	-	-	1,6	-	-	29,8	-	-
<b>Total</b>	<b>588,1</b>	<b>821,3</b>	<b>- 28,4</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3,9</b>	<b>1,6</b>	<b>+ 137,2</b>	<b>592,0</b>	<b>823,0</b>	<b>- 28,1</b>

## 6. Eventos subsequentes

### 6.1. Entrada em operação de controlada

A Controlada Energisa Tocantins transmissora I obteve em 26 de janeiro de 2023 junto a ONS o termo de liberação da função de transmissão 3 que abarca a linha de transmissão 230Kv Dianópolis II - Barreiras II, subestação Barreiras II e subestação Dianópolis II. A obra foi concluída com a antecipação de 14 meses frente a data regulatória prevista.

### 6.2. 29.2 Decisão do STF sobre “coisa julgada” em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo pela perda de efeitos das decisões individuais transitadas em julgado quando, em controle de constitucionalidade, ocorrer mudança do entendimento da corte em julgamento de temas tributários. Avaliando as decisões judiciais com trânsito em julgado, a Companhia e suas controladas não identificaram casos em que houve modificação de entendimento pelo Supremo Tribunal Federal, para a data base de 31 de dezembro de 2022.

A Administração.

## Demonstrações financeiras

### 1. Balanço Patrimonial Ativo - IFRS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalente de caixa	24.040	370	165.638	161.033
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2.060	129	12.125	129
Concessionárias e permissionárias	-	-	74.361	9.042
Tributos a recuperar	709	3.137	71.954	25.318
Instrumentos financeiros derivativos	29.490	-	30.129	-
Dividendos a receber	36.923	10.678	-	-
Concessão do serviço público (ativo do contrato)	-	-	659.865	151.135
Outros créditos	14.940	-	137.277	4.712
<b>Total do circulante</b>	<b>108.162</b>	<b>14.314</b>	<b>1.151.349</b>	<b>351.369</b>
<b>Não circulante</b>				
<b>Realizável a longo prazo</b>				
Aplicação financeira	-	-	128.003	-
Instrumentos financeiros derivativos	85.769	117.761	89.106	121.455
Impostos diferidos	-	-	261.665	-
Tributos a recuperar	2.978	-	2.978	376
Caucoes e depósitos Vinculados	-	-	3.122	-
Outros créditos	18.573	-	48.324	-
Concessão do serviço público (ativo do contrato)	-	-	6.739.230	2.450.614
	<b>107.320</b>	<b>117.761</b>	<b>7.272.428</b>	<b>2.572.445</b>
Investimentos	3.594.938	1.569.010	-	-
Imobilizado	-	-	7.731	1.720
Intangível	-	-	789	23
<b>Total do não circulante</b>	<b>3.702.258</b>	<b>1.686.771</b>	<b>7.280.948</b>	<b>2.574.188</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>3.810.420</b>	<b>1.701.085</b>	<b>8.432.297</b>	<b>2.925.557</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 2. Balanço Patrimonial Passivo - IFRS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhar Boa tardees de reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	119	6	94.379	57.792
Encargos de dívida	4.493	195	12.208	2.279
Empréstimos e Financiamentos	165.249	-	196.077	-
Debêntures	469.942	9.104	640.396	9.489
Impostos e contribuições sociais	19	2	51.516	22.788
Dividendos	88.795	45.133	101.518	45.133
Obrigações estimadas	-	-	460	395
Benefícios pós-emprego	-	-	23	1
Encargos setoriais	-	-	4.096	450
Instrumentos financeiros derivativos	29.247	35.733	47.156	46.374
Outras contas a pagar	2.009	8	54.971	19.272
<b>Total do circulante</b>	<b>759.873</b>	<b>90.181</b>	<b>1.202.800</b>	<b>203.973</b>
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos e Financiamentos	349.476	174.121	1.340.016	607.530
Debêntures	766.033	749.568	2.288.356	792.645
Impostos e contribuições sociais a pagar	-	-	645.877	117.918
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	-	423.177	107.279
Benefícios pós-emprego	-	-	1	1
Partes relacionadas	533.556	-	533.556	388.963
Instrumentos Financeiros	3.026	-	3.694	6.691
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	417.916	-
Outras contas a pagar	-	-	10.529	13.342
<b>Total do não circulante</b>	<b>1.652.091</b>	<b>923.689</b>	<b>5.663.122</b>	<b>2.034.369</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	63.304	36.181	63.304	36.181
Reservas de capital	26.573	28.215	26.573	28.215
Reservas de lucros	432.030	160.219	432.030	160.219
Reserva especial de dividendos	435.466	435.466	435.466	435.466
Outros resultados abrangentes	(2)	11	(2)	11
Recursos destinados a futuro aumento de capital	441.085	27.123	441.085	27.123
	<b>1.398.456</b>	<b>687.215</b>	<b>1.398.456</b>	<b>687.215</b>
Participação de acionistas não controladores	-	-	167.919	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.398.456</b>	<b>687.215</b>	<b>1.566.375</b>	<b>687.215</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>3.810.420</b>	<b>1.701.085</b>	<b>8.432.297</b>	<b>2.925.557</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 3. Demonstrações de Resultados - IFRS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)	Controladora		Consolidado	
	4T22	3T21	4T22	3T21
Receita de infraestrutura, operação e manutenção, ganho de eficiência na implementação da infraestrutura e outras, líquidas	-	-	836.065	786.972
Remuneração dos ativos da concessão	-	-	701.979	184.109
<b>Receita operacional líquida</b>	-	-	<b>1.538.044</b>	<b>971.081</b>
Custos de operação e dos serviços prestados a terceiros	-	-	(521.615)	(614.241)
<b>Lucro bruto</b>	-	-	<b>1.016.429</b>	<b>356.840</b>
Despesas gerais e administrativas	(2.865)	(533)	(28.974)	(6.853)
Outras receitas	142	2.561	2.422	2.631
Outras despesas	-	-	(2.245)	(9)
Equivalência Patrimonial	548.814	239.887	-	-
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos</b>	<b>546.091</b>	<b>241.915</b>	<b>987.632</b>	<b>352.609</b>
Receita Financeira	1.634	1.951	31.153	4.966
Despesa Financeira	(187.119)	(62.638)	(381.576)	(96.865)
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	<b>(185.485)</b>	<b>(60.687)</b>	<b>(350.423)</b>	<b>(91.899)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>360.606</b>	<b>181.228</b>	<b>637.209</b>	<b>260.710</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(187.763)	(18.925)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	(54.233)	(60.563)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>360.606</b>	<b>181.228</b>	<b>395.213</b>	<b>181.222</b>
<b>Lucro atribuível a:</b>				
Acionistas da controladora	-	-	360.606	181.228
Acionistas não controladores	-	-	34.607	(6)
<b>Lucro básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R\$</b>	<b>6,38</b>	<b>5,13</b>	<b>6,38</b>	<b>5,13</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas

### Energisa Transmissão de Energia S/A Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. Contexto operacional

A Energisa Transmissão de Energia S/A (“Companhia” ou “ETE”), é uma sociedade anônima de capital aberto registrada junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM na categoria “B”. A Companhia atua como concessionária transmissora de energia elétrica, sob o controle acionário da Energisa S/A, e possui sede em Cataguases, Estado de Minas Gerais. O objeto social é a participação no capital social de outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista, em especial naquelas que tem como objetivo principal a exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica.

A Companhia, através de suas controladas, possui o direito de explorar concessões e/ou autorizações de transmissão de energia elétrica, sendo seus principais contratos:

Controladas	Descrição	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento	Início de Operação
Energisa Transmissora de Energia S/A (“EGO I”) Goiás	Linha de transmissão de 230 kV Rio Verde Norte - Jataí, com 136 quilômetros em circuito duplo, e a subestação Rio Verde Norte. A obra foi concluída em 31 meses após a data de outorga e a operação foi antecipada em 17 meses frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão.	Goiás	11/08/2017	11/08/2047	14/03/2020
Energisa Transmissora de Energia I S/A (“EPA I”) Pará	Linha de transmissão de 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia, com 296 quilômetros de extensão em circuito duplo, e a subestação Santana do Araguaia. A obra foi concluída em 38 meses após a data de outorga e a operação foi antecipada em 16 meses, frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão.	Pará	11/08/2017	11/08/2047	02/11/2020
Energisa Transmissora de Energia II S/A (“EPA II”) Pará	Linha de Transmissão 500 kV, Serra Pelada com 66,5 quilômetros de extensão em circuito duplo; Linha de Transmissão 230 kV, Integradora Sossego - Xinguara II, com 72,3 quilômetros e as subestações Serra Pelada e Integradora Sossego. A obra foi concluída em 39 meses após a data de outorga e a operação foi antecipada em 12 meses, frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão.	Pará	21/09/2018	21/09/2048	21/12/2021
Energisa Transmissora de Energia S/A (“ETT”) Tocantins	Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Barreiras II com 255 quilômetros de extensão; Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Gurupi com 256 quilômetros de extensão e Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Palmas com 261 quilômetros de extensão.	Bahia e Tocantins	22/03/2019	22/03/2049	22/12/2022
Energisa Transmissora de Energia S/A (“EAM”) Amazonas	<p><b>Empreendimento existente incorporados e que serão Revitalizados:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Incorporação dos ativos em serviço designado à AmGT pela Portaria do MME nº 706, de 15 de dezembro de 2016;</li> <li>- Revitalização das subestações em 230 kV Manaus, Cristiano Rocha e Lechuga (setor designado à AmGT);</li> <li>- Substituição da SE Balbina 230kV em arranjo disjuntor e meio por outra SE nova 230kV em arranjo barra dupla com 4 chaves;</li> <li>- Substituição do pátio de 69kV em arranjo anel da SE Manaus por outro pátio novo de 69kV em arranjo BD4</li> </ul> <p><b>Novos empreendimentos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>LT 230 kV Lechuga - Tarumã, dois circuitos, com 9km aéreos em circuito duplo e C1 e C2 subterrâneos de 3 km;</li> <li>- SE 230/138 kV Tarumã - (6+1Res transformadores) x 100 MVA</li> <li>- SE 230/69 kV Presidente Figueiredo - capacidade 2</li> </ul>	Amazonas	31/03/2021	31/03/2051	Em construção

Controladas	Descrição	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento	Início de Operação
	transformadores x 50 MVA; - Trechos de LT em 230 kV entre a SE Presidente Figueiredo e os pontos de seccionamento da LT Balbina - Cristiano Rocha, C1, com 2 circuitos de 4,5 km.				
Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A (“ETT II”)	Ampliação da SE 230/138kV Gurupi - 200MVA	Tocantins	30/09/2021	30/09/2051	Em construção
Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A (“EAP”)	LT 230kV Macapá - Macapá III C1 SE 230/69kV Macapá III SE Macapá 3: Implementação de 2 circuitos simples em 69 kV, com extensão aproximada de 2 km cada, entre os pontos de seccionamento da Linha de Distribuição 69 kV Santana - Macapá C1 e a subestação Macapá III, no setor de 69 kV. SE Macapá: Novo trecho de Linha em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 500 metros para permitir a conexão da linha 230kV Ferreira Gomes - Macapá C1.	Amapá	31/03/2022	31/03/2052	Em construção
Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A (“EPT”)	SE Paranaíta, em 500/138 kV, 3 x 50 MVA	Mato Grosso	27/06/2016	27/06/2046	27/06/2019
Linhas de Transmissora de Energia S/A (“LMTE”)	LT 500 kV Jurupari - Oriximiná; LT 230 kV Jurupari - Laranjal; LT 230 kV Laranjal - Macapá; SE 500/138 kV Oriximiná 200 MVA; SE 230/69 kV Laranjal 200 MVA; SE 230/69 kV Macapá 600 MVA.	Pará/Amapá	16/10/2008	16/10/2038	12/06/2013
Linhas de Transmissora de Energia S/A (“LXTE”)	LT 500 kV Tucuruí - Xingu; LT 500 kV Xingu - Jurupari; SE 500 kV Xingu; SE 500 kV Tucuruí; SE 500/230 kV Jurupari 1.500 MVA.	Pará	16/10/2008	16/10/2038	12/06/2013
Linhas de Transmissora de Energia S/A (“LTTE”)	LT 500 kV Taubaté - Nova Iguaçu; SE 500 kV Taubaté; SE 500 kV Nova Iguaçu 4.200 MVA.	São Paulo/Rio de Janeiro	09/12/2011	09/12/2041	01/06/2018
Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A (“EAM II”)	LT 230 kV Mauá 3 - Manaus, C1, com 12,9 Km (trechos aéreos e subterrâneos).	Amazonas	30/09/2022	30/09/2052	Em construção

### Transmissão de energia elétrica:

Os contratos de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço, como segue.

As controladas deverão realizar o licenciamento e contratação de todas as obras para a operação dos empreendimentos buscando antecipar estes prazos.

As obrigações das controladas, previstas nos contratos de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN por um período de 30 anos:

I - Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória;

V - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI - Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

VII - Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

### Capital Circulante - controladora e consolidado

A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2022, capital circulante líquido negativo no montante de R\$599.839 (R\$75.867 em 2021) na controladora e no consolidado o montante positivo de R\$50.067 (R\$147.396 em 2021). A Administração considera que os fluxos de dividendos futuros oriundos dos resultados das operações das controladas e eventual necessidade de caixa garantido pela controladora Energisa S.A., deverão proporcionar os recursos necessários para fazer frente aos compromissos financeiros de curto prazo remanescentes.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

---

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia e suas controladas.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2023.

### 2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 24.

### 2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 10 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente;
- II. Nota explicativa nº 12 - Concessão do serviço público (ativo de contrato);
- III. Nota explicativa nº 18 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais;
- IV. Nota explicativa nº 24 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e
- V. Nota explicativa nº 26 - Benefícios pós emprego;

## 3. Resumo das principais políticas contábeis

---

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### 3.1 Principais políticas contábeis

**a. Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### **b. Instrumentos financeiros e operações de hedge**

##### ***Ativos financeiros:***

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e as controladas se comprometeram a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

**Mensuração subsequente** - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia e suas controladas avaliam ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

#### Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

#### Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e das controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo.

#### **Passivos financeiros:**

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos e compreendem empréstimos e financiamentos, debêntures, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

**Reconhecimento inicial e mensuração** - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

**Mensuração subsequente** - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

**Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros

designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

**Passivos financeiros ao custo amortizado** - após o reconhecimento inicial, debentures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

#### **Desreconhecimento:**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

#### **Compensação de instrumentos financeiros:**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **Instrumentos financeiros derivativos:**

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e suas controladas, resumem-se em “Swap”, que visa basicamente à proteção contra riscos associados a dívidas e a variações cambiais para aquisições de bens (ativo intangível e ativo imobilizado), além dos fluxos de caixa dos aportes de capital nas controladas projetados em moedas estrangeiras.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designadas em uma contabilidade de “hedge” de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em “outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

#### **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge***

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de “*hedge*” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “*hedge*” de valor justo. No início da relação de “*hedge*”, a Companhia e suas controladas documentam a relação entre o instrumento de “*hedge*” e o item objeto de “*hedge*” de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “*hedge*” e de maneira continuada, e documentam se o instrumento de “*hedge*” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “*hedge*”, atribuível ao risco sujeito a “*hedge*”. A nota explicativa nº 24, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “*hedge*”.

A documentação inclui a identificação do instrumento de “*hedge*”, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de “*hedge*” (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de “*hedge*” e como determinar o índice de “*hedge*”). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de “*hedge*” se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de “*hedge*”.
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.
- O índice de “*hedge*” da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os “*hedges*” que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de “*hedge*” são registrados conforme descrito abaixo:

*Hedges de valor justo*: a mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de “*hedge*” atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício como outras despesas.

Para “*hedges*” de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do “*hedge*”, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de “*hedge*” for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado;

- c. **Contrato de concessão de transmissão de energia elétrica** - corresponde os contratos de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica firmado entre o Poder Concedente e as controladas, que estabelecem e determinam para o segmento de transmissão de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, geram o direito de indenização incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), a título de indenização pela reversão da infraestrutura. O direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. O segmento de transmissão de energia elétrica disponibiliza sua infraestrutura para transportar a energia sendo remunerada através do recebimento da Receita Anual Permitida (RAP), durante o prazo do contrato.

As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão e do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com cliente, está atendido de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, bem como levam em consideração as orientações do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 específicos para as empresas transmissoras de energia elétrica.

- **Transmissão de energia elétrica:**

Conforme previsto no contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato equivalente à contraprestação daquele mês, pela satisfação da obrigação de desempenho de construir, torna-se um contas a receber (ativo financeiro).

O valor do ativo de contrato de suas controladas é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 3% e 12% ao ano; e atualizados pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Para estimativas referentes a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa aplicada para o valor presente líquido da margem de construção e de operação é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento, como também o reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, registra-se também uma receita de remuneração sobre o ativo de contrato utilizando a taxa implícita definida no início de cada projeto obtida após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção.

- d. **Investimentos** - os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras individuais, tomando-se por base os patrimônios líquidos das investidas na data do balanço. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição, líquido da provisão para perdas, quando aplicável;
- e. **Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício;
- f. **Instrumentos financeiros derivativos** - são instrumentos financeiros para proteger de riscos relativos a moedas estrangeiras (controladas) e de taxa de juros (Companhia e controladas). Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas na demonstração do resultado do exercício. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 23;
- g. **Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes que são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda da controladora foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Nas controladas o imposto de renda e a contribuição social foram calculados pelo regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia;

- h. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- i. **Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;
- j. **Receita operacional** - as receitas são reconhecidas quando representarem a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletirem a consideração de qual montante se espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

#### **Receita do segmento de transmissão:**

As receitas das transmissoras, reconhecidas como receita operacional, são:

- **Receita de construção e margem de construção:** refere-se aos serviços de implementação da

infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento;

- **Remuneração do ativo de contrato:** refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alteração posterior. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa que varia entre 3% e 12% ao ano;
  - **Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura:** refere-se aos ganhos que podem ser auferidos com certo grau de confiabilidade durante a construção da infraestrutura e também na energização do projeto, por refletirem algumas eventuais variações positivas ou negativas, tais como economias Capex na fase conclusão ou revisão positiva da RAP considera inicialmente no fluxo de recebimento e entrada em operação antecipada em relação ao prazo da ANEEL; e
  - **Receita de operação e manutenção:** refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica que têm início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços.
- k. Benefícios pós-emprego - plano de suplementação de aposentadoria e pensão e outros benefícios pós emprego** - as controladas patrocinam fundos de pensão pós emprego, plano de complementação de aposentadoria e assistência médica. A obrigação líquida das controladas quanto aos planos de benefícios previdenciários nas modalidades Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD) é calculada para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercício anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações das controladas e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano na redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.
- As controladas patrocinam o plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.
- Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes diretamente no patrimônio líquido;
- l. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/ encargos incorridos até a data do balanço; e
- m. Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as companhias abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

### 3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

#### (i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 - Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 - Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

#### (ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas e da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 3	Referência à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022
IAS 37	Contrato oneroso	1º de janeiro de 2022
IAS 16/CPC 27	Imobilizado	1º de janeiro de 2022
IAS 2 CPC 16	Estoque	1º de janeiro de 2022
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018-2020	Melhorias IFRS 1/CPC 37, IFRS 9/CPC 48, IFRS 16/CPC 06 (R2) e IAS 41/CPC 29	1º de janeiro de 2022

A Companhia e suas controladas também avaliaram os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

## 4. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Energisa Transmissão de Energia e suas controladas em 31 de dezembro 2022. O controle é obtido quando a Energisa Transmissão de Energia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com investidas e possuir a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação as investidas.

Especificamente, a Energisa Transmissão de Energia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando a Energisa Transmissão de Energia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada

durante o período são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Energisa Transmissão de Energia e das controladas.

	Ramo de atividade	% de Participação	
		2022	2021
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	Transmissão de energia	100	100
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	Transmissão de energia	100	100
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	Transmissão de energia	100	100
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	Transmissão de energia	100	100
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A <sup>(2)</sup>	Transmissão de energia	100	100
Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A <sup>(1)</sup>	Transmissão de energia	100	100
Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A <sup>(1)</sup>	Transmissão de energia	100	100
Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A	Transmissão de energia	100	-
Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A <sup>(1)</sup>	Transmissão de energia	100	-
Gemini Energy S/A	Holding	100	-
Nova Gemini	Holding	99,90	-
Energisa Transmissora de Energia IX	Transmissão de energia	100	-
Energisa Transmissora de Energia VII	Transmissão de energia	100	-

<sup>(1)</sup> Em fase pré-operacional.

<sup>(2)</sup> Parte em construção e parte em operação.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- 1) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;
- 2) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das companhias consolidadas; e
- 3) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as companhias.

## 5. Informação por segmento

As Companhia e suas controladas atuam no segmento econômico de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

## 6. Caixa e equivalente de caixa

### 6.1 Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída, por operações compromissadas e Certificado de Depósito Bancário (CDB). A rentabilidade média ponderada da carteira em 2022 equivale a 90,9% do CDI (74,9% em 31 de dezembro de 2021) no consolidado.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	218	370	42.247	65.758
<b>Aplicações financeiras de liquidez imediata:</b>				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	30.179	19.555
Operações compromissadas	23.822	-	93.212	75.720
<b>Total caixa e equivalentes de caixa - circulante <sup>(1)</sup></b>	<b>24.040</b>	<b>370</b>	<b>165.638</b>	<b>161.033</b>

<sup>(1)</sup> As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

## 6.2 Aplicações no mercado aberto (avaliadas ao valor justo por meio do resultado)

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: título de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, CDB, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2022 equivale a 100,0% do CDI (117,3% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Recursos Vinculados <sup>(1)</sup></b>				
Certificados de Depósitos Bancário (CDB's)	2.060	-	90.183	-
<b>Fundos de Investimentos Exclusivos</b>				
Fundos de Investimentos <sup>(2)</sup>	-	-	30.508	-
<b>Fundos de Investimentos Exclusivos</b>				
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	-	-	837	-
Compromissadas	-	-	241	-
Fundo Multimercado	-	56	2	-
Fundo de Renda Fixa	-	-	15.366	56
Letra financeira do Tesouro (LFT)	-	-	1.253	-
Letra financeira (LFPN)	-	-	1	-
Letra financeira (LF)	-	26	1.718	26
Letra financeira (LFP)	-	7	-	7
Nota do tesouro nacional (NTNB)	-	-	19	-
Nota do tesouro nacional (NTNF)	-	40	-	40
<b>Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados - circulante</b>	<b>2.060</b>	<b>129</b>	<b>140.128</b>	<b>129</b>
Circulante	2.060	129	12.125	129
Não Circulante	-	-	128.003	-

<sup>(1)</sup> Inclui recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.

<sup>(2)</sup> Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, CCB, debêntures, Compromissadas, Fundo de renda fixa, Fundos de crédito, títulos, LFT, LFS, LF, LTN, NTNB são remuneradas a 108,1% do CDI fundo BTG Zona da Mata e 101,2% do CDI fundo MAG Zona da Mata.

## 7. Concessionárias e Permissionárias

	Consolidado	
	2022	2021
Concessionárias e Permissionárias <sup>(1)</sup>	73.814	7.795
Transações com partes relacionadas	547	1.247
<b>Total - Circulante</b>	<b>74.361</b>	<b>9.042</b>

<sup>(1)</sup> Valor referente a Receita Anual Permitida (RAP) das controladas Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A, Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A, Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A, Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A, Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A I, Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A, Linhas Macapá Transmissora de Energia S/A, Linhas Xingu Transmissora de Energia S/A e Linhas Taubaté Transmissora de Energia S/A.

## 8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	241	-	901	76
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ <sup>(1)</sup>	3.443	3.134	19.164	7.575
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	-	-	6.930	265
Contribuições ao PIS e a COFINS	3	3	43.022	17.061
Outros	-	-	4.915	717
<b>Total</b>	<b>3.687</b>	<b>3.137</b>	<b>74.932</b>	<b>25.694</b>
Circulante	709	3.137	71.954	25.318
Não circulante	2.978	-	2.978	376

<sup>(1)</sup> Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em períodos posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

## 9. Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, que por sua vez detém o controle acionário de outras Companhias:

	Sigla	Ramo de atividade
<b>Controladas diretas da Energisa S/A:</b>		
· Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A;	EPB	Distribuição de energia
· Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energisa S/A <sup>(1)</sup> ;	EMR	Distribuição de energia
· Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A;	EBO	Distribuição de energia
· Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A;	ESE	Distribuição de energia
· Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A;	ERO	Distribuição de energia
· Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A;	EAC	Distribuição de energia
· Energisa Soluções S/A;	ESOL	Serviços
· Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A;	ESOLC	Serviços
· Energisa Comercializadora de Energia Ltda;	ECOM	Comercialização de energia
· Voltz Capital S/A; e	VOLTZ	Serviços
· Alsol Energias Renováveis S/A.	ALSOL	Holding
· Energisa Geração Central Solar Rio Do Peixe I S/A; e	EGCS-RP1	Parque Solar
· Energisa Geração Central Solar Rio Do Peixe II S/A.	EGCS-RP2	Parque Solar

A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades, Denerge - Desenvolvimento Energético S/A, Alsol Energias Renováveis S/A e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação indireta nas seguintes Companhias, como segue:

<b>Rede Energia Participações S/A</b>		
· Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A;	EMT	Distribuição de energia
· Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A;	EMS	Distribuição de energia
· Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A;	ETO	Distribuição de energia
· Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A;	ESS	Distribuição de energia
· Multi Energisa Serviços S/A;	MULTIENERGISA	Serviços
· Rede Power do Brasil S/A;	REDE POWER	Holding
· Companhia Técnica e Comercialização de Energia; e	CTCE	Comercialização de energia
· QMRA Participações S/A.	QMRA	Holding

### Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:

· Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda;	LARALSOL	Geração de energia distribuída
· URB Energia Limpa Ltda;	URB	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica I S/A (atual denominação social da Vision SPE Vision Solar I Ltda);	REENERGISA I	Geração de energia distribuída

	Sigla	Ramo de atividade
· Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A (atual denominação social da Vision Francisco Sá SPE S/A);	REENERGISA II	Geração de energia distribuída
· Renesolar Engenharia Elétrica Ltda;	RENESOLAR	Geração de energia distribuída
· Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda; e	FLWSOLAR	Geração de energia distribuída
· Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.	CARBONSOLAR	Geração de energia distribuída

(1) Energisa Minas Rio - Distribuição de Energia S/A ("EMR") (nova denominação social da Energisa Minas Gerais - Distribuição de Energia S/A ("EMG")), que incorporou em 30 de novembro de 2022 a companhia Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A ("ENF").

Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

	Mútuo - Débito com partes relacionadas <sup>(1)</sup>	Mútuo - Débito com partes relacionadas <sup>(2)</sup>
	2022	2021
ESA	(533.556)	-
EPA II	-	(73.602)
EGO I	-	(108.335)
ETT	-	(204.843)
EPA I	-	(2.183)
	<b>(533.556)</b>	<b>(388.963)</b>

(1) **Contratos de mútuos** - os contratos de mútuos firmados com a controladora a partir de dezembro de 2022, são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício foi em média de CDI + 1,0783 a.a.. Os mútuos possuem prazo de 24 meses, nos termos de contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

(2) Os contratos de mútuos firmados pelas controladas com a controladora indireta Energisa S/A desde dezembro de 2019, foram liquidados em dezembro de 2022.

Condição dos contratos de mútuos:

	Taxa	Vencimento
ETE	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	30/12/2024

Transações efetuadas durante o exercício pelas controladas:

Atualização de mútuos <sup>(1)</sup>	2022	2021
EPA I	(296)	(150)
EGO I	(14.680)	(7.462)
EPA II	(12.492)	(3.909)
ETT	(32.995)	(5.258)
<b>Total</b>	<b>(60.463)</b>	<b>(16.779)</b>

(1) Referem-se aos custos dos juros dos contratos de mútuos, firmado com a controladora indireta Energisa S/A, referente ao exercício findo em 2022, os quais compõem os respectivos saldos de cada contrato e foram contabilizados em despesas financeiras no resultado do exercício.

	Recursos destinados a futuro aumento de capital <sup>(*)</sup>	
	2022	2021
Energisa S/A	441.085	27.123

(\*) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados, estão registrados na controladora Energisa na rubrica investimentos.

## Consolidado:

Serviços contratados	ESOL (1)	ESOLC (1)	Energisa (2)	Total	
. EGO I	(3.524)	-	(337)	(3.861)	
. EPA I	(3.558)	-	(411)	(3.969)	
. EPA II	(4.748)	-	(297)	(5.045)	
. ETT	(8.062)	(74.766)	(524)	(83.352)	
. EAM	(7.502)	-	(469)	(7.971)	
. ETT II	(979)	-	(21)	(1.000)	
. EPTE	(583)	-	-	(583)	
. LMTE	(690)	-	-	(690)	
. LXTE	(2.839)	-	-	(2.839)	
. LTTE	(303)	-	-	(303)	
	<b>2022</b>	<b>(32.788)</b>	<b>(74.766)</b>	<b>(2.059)</b>	<b>(109.613)</b>
	<b>2021</b>	<b>(27.709)</b>	-	-	<b>(27.709)</b>

Compartilhamento (3)	GOIAS I	PARA I	PARA II	AMAZONAS	TOCANTINS	Total	
. ESA	(145)	(185)	(92)	(4)	(26)	(452)	
. ESS	(4)	(5)	(3)	-	(1)	(13)	
. ETO	(3)	(3)	(2)	-	-	(8)	
. EMT	(21)	(27)	(14)	(1)	(4)	(67)	
. ESE	(2)	(3)	(1)	-	-	(6)	
. EMS	(30)	(38)	(19)	(1)	(5)	(93)	
. EPB	(115)	(146)	(73)	(3)	(21)	(358)	
. EMR	(91)	(115)	(58)	(3)	(16)	(283)	
. ERO	(5)	(6)	(3)	-	(1)	(15)	
. EAC	(3)	(4)	(2)	-	(1)	(10)	
. ECOM	(6)	(7)	(4)	-	(1)	(18)	
	<b>2022</b>	<b>(425)</b>	<b>(539)</b>	<b>(271)</b>	<b>(12)</b>	<b>(76)</b>	<b>(1.323)</b>

Saldo a pagar (fornecedores) - Serviços Contratados e de compartilhamento	GOIAS I	PARA I	PARA II	AMAZONAS	TOCANTINS	PARANÁ	MACAPÁ	XINGU	TAUBATÉ	Total	
. ESA	(108)	(152)	(108)	(90)	(141)	-	-	-	-	(599)	
. ESOL	(245)	(236)	(410)	(1.333)	(214)	(583)	(537)	(2.687)	(236)	(6.481)	
. ESOLC	-	-	-	-	(2.067)	-	-	-	-	(2.067)	
. ESS	(1)	(1)	-	-	-	-	-	-	-	(2)	
. ETO	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	(1)	
. EMT	(4)	(5)	(3)	-	(1)	-	-	-	-	(13)	
. EMS	(8)	(10)	(5)	-	(1)	-	-	-	-	(24)	
. EPB	(34)	(43)	(21)	(1)	(6)	-	-	-	-	(105)	
. EMR	(24)	(30)	(15)	(1)	(4)	-	-	-	-	(74)	
. ERO	(2)	(2)	(1)	-	-	-	-	-	-	(5)	
. EAC	(1)	(2)	(1)	-	-	-	-	-	-	(4)	
. ECOM	(2)	(2)	(1)	-	-	-	-	-	-	(5)	
	<b>2022</b>	<b>(429)</b>	<b>(484)</b>	<b>(565)</b>	<b>(1.425)</b>	<b>(2.434)</b>	<b>(583)</b>	<b>(537)</b>	<b>(2.687)</b>	<b>(236)</b>	<b>(9.380)</b>
	<b>2021</b>	<b>(249)</b>	<b>(241)</b>	<b>(213)</b>	<b>(5.466)</b>	<b>(1.029)</b>	-	-	-	-	<b>(7.198)</b>

(1) Refere-se a contratos serviços de gerenciamento de obras na infraestrutura do serviço público de transmissão de energia elétrica prestado pela Energisa Soluções S/A e Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A, devidamente homologados pela Aneel.

- (2) **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** - refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual.
- (3) **Contrato de compartilhamento** - em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições de mercado vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022.

#### Saldo a receber - Disponibilização de sistema de transmissão <sup>(\*)</sup>:

	EGO I	EPA I	EPA II	EAM	EPTE	LMTE	LXTE	LTTE	Total
. ESS	-	-	-	-	-	17	20	-	37
. ETO	-	76	-	-	-	9	11	-	96
. EMT	-	-	-	-	40	37	44	15	136
. ESE	-	-	-	-	-	9	11	-	20
. EMS	-	-	-	-	-	23	28	10	61
. EPB	-	-	-	-	-	18	22	8	48
. ERO	-	-	-	-	-	10	12	-	22
<b>2022</b>	<b>-</b>	<b>76</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>40</b>	<b>123</b>	<b>148</b>	<b>33</b>	<b>420</b>
<b>2021</b>	<b>127</b>	<b>1.093</b>	<b>10</b>	<b>17</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.247</b>

#### Disponibilização do sistema de transmissão <sup>(\*)</sup>:

	EGO I	EPA I	EPA II	EAM	EPT	LMTE	LXTE	LTTE	Total
. ESS	199	199	126	25	11	333	400	132	1.425
. EBO	24	24	15	3	1	40	48	16	171
. ETO	114	1.403	72	15	6	187	225	74	2.096
. EMT	468	11.061	297	61	8.219	758	912	299	22.075
. ESE	111	111	70	14	5	188	226	74	799
. EMS	272	272	173	35	14	462	556	183	1.967
. EPB	217	216	137	28	12	367	442	145	1.564
. EMR	37	37	23	5	2	60	72	24	260
. ERO	111	111	72	14	6	193	233	77	817
. EAC	21	20	13	3	1	37	45	15	155
<b>2022</b>	<b>1.574</b>	<b>13.454</b>	<b>998</b>	<b>203</b>	<b>8.277</b>	<b>2.625</b>	<b>3.159</b>	<b>1.039</b>	<b>31.329</b>
<b>2021</b>	<b>1.562</b>	<b>11.760</b>	<b>104</b>	<b>709</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.135</b>

<sup>(\*)</sup> Refere-se a serviços prestados de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição realizados pelas controladas Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A, Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A, Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A, Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A, Energisa Paranaita Transmissora de Energia S/A, Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A, Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A e Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A.

#### Remuneração dos administradores

	Consolidado	
	2022	2021
Remuneração anual <sup>(1)</sup>	1.684	1.404
Remuneração da Diretoria	953	596
Outros benefícios <sup>(2)</sup>	656	439

<sup>(1)</sup> Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2022 foi aprovado na AGO/E de 27 de abril de 2022.

<sup>(2)</sup> Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de dezembro de 2022, foram de R\$31 e R\$20. A remuneração média no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$25.

### Programa de remuneração variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP)

Este plano, oferecido aos executivos, tem por objetivo: (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos das Controladas a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da Controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, as controladas possuem um total de três programas de concessão de ações e duas outorgas contratuais em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (*Total Shareholder Return* - TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP <sup>(1)</sup>	2º programa ILP <sup>(1)</sup>	3º programa ILP	4º programa ILP	5º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	3.536	3.104	2.997	4.450	7.126
Data aprovação do Conselho de Administração	10 de fevereiro de 2018	09 de maio de 2019	10 de fevereiro de 2021	13 de maio de 2021	12 de maio de 2022
Data início vesting	02 de maio de 2018	10 maio de 2019	21 de dezembro de 2020	14 de maio de 2021	13 de maio de 2022
Prazo de carência	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco	8,2%	7,7%	5,260%	7,880%	12,550%
Volatilidade <sup>(2)</sup>	29,29%	25,06%	50,51%	35,15%	34,88%
Valor justo na data da outorga	R\$ 44,25	R\$ 54,97	R\$ 43,69	R\$ 37,19	R\$ 34,95
Movimentação	Liquidado	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação

<sup>(1)</sup> Em 13 de maio de 2021 e em 12 de maio de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a liquidação do 1 e 2º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, respectivamente, conforme segue:

Controladas	Liquidação do 1º Programa de ILP		Liquidação do 2º Programa de ILP	
	Valor Units Tesouraria <sup>(*)</sup>	Número de Units	Valor Units Tesouraria <sup>(*)</sup>	Número de Units
EPA I	63	1.347	62	1.407
EGO I	63	1.347	62	1.407
<b>Total</b>	<b>126</b>	<b>2.694</b>	<b>124</b>	<b>2.814</b>

<sup>(\*)</sup> Valores líquidos de imposto de renda retido na fonte de responsabilidade do beneficiário.

<sup>(2)</sup> Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE ("Índice de Energia Elétrica e seus pares") para o Total Shareholder Return (TSR)) foram calculadas com base nos valores.

Não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2022 para os programas 3º, 4º e 5º. Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

A controlada direta Gemini e as controladas indiretas LMTE e LXTE, em junho de 2022, efetuaram o pagamento de R\$21.979 conforme evento de liquidez previsto no plano referente ao Programa de ILP aprovado pela controladora

direta Gemini, em dezembro de 2019 em Assembleia Geral Extraordinária. Em 10 de junho de 2022 o plano foi encerrado e cancelado conforme aprovação em Assembleia Geral Extraordinária.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, as Controladas apuraram o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pro rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram reconhecidos pelas controladas EPA I o montante de R\$85 (R\$88 em 2021) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício no consolidado, na rubrica de custos e despesas operacionais - Programa de incentivo de longo prazo (ILP), não tendo contabilizações para a controlada Gemini. O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumulado para as controladas EPA I, EAM foi de R\$6 (R\$361 em 2021).

## 10. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada período e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

As controladas direta e indiretas possuem prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos nas demonstrações financeiras de R\$98.222 no consolidado em face de não apresentar perspectiva de realização neste exercício. Caso os estudos apontem a probabilidade de recuperação serão reconhecidos os créditos correspondentes.

	Consolidado	
	2022	2021
<b>Ativo</b>		
Prejuízos Fiscais	80.183	1.511
Base Negativa da Contribuição Social	28.840	527
Diferenças Temporárias:		
Imposto de Renda	112.237	-
Contribuição Social	40.405	-
<b>Total</b>	<b>261.665</b>	<b>2.038</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto de Renda	311.160	80.380
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	112.017	28.937
<b>Total</b>	<b>423.177</b>	<b>109.317</b>
<b>Total líquido - passivo não circulante</b>	<b>(161.512)</b>	<b>(107.279)</b>

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	Consolidado			
	2022		2021	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
<b>Ativo/Passivo</b>				
Prejuízos fiscais / Base negativa da contribuição social	320.656	109.023	5.994	2.038
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	417.916	142.091	-	-
Outras provisões (P&D, Honorários e Outras)	31.032	10.551	-	-
Concessão do serviço público - ativo de contrato	(1.242.850)	(422.568)	(320.474)	(108.961)

	Consolidado			
	2022		2021	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Outras exclusões temporárias	(1.792)	(609)	(1.048)	(356)
<b>Total passivo não circulante</b>	<b>(475.038)</b>	<b>(161.512)</b>	<b>(315.528)</b>	<b>(107.279)</b>

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Consolidado
2023	2.481
2024	9.764
2025	10.961
2026	15.127
2027	10.067
2028 e 2029	22.483
Após 2030	190.782
<b>Total</b>	<b>261.665</b>

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como, a compensação dos créditos tributários registrados, são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>360.606</b>	<b>181.228</b>	<b>637.209</b>	<b>260.710</b>
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(122.106)	(61.618)	(216.651)	(88.641)
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc).	-	-	(18.204)	-
Créditos tributários - IR e CS não constituídos no exercício	(63.990)	(19.943)	(82.413)	(20.079)
Equivalência Patrimonial	186.596	81.561	-	-
Créditos tributários de períodos anteriores constituídos no exercício	-	-	(127)	-
Efeito do regime tributário - lucro presumido <sup>(1)</sup>	-	-	64.517	29.232
Outras adições (exclusões)	-	-	10.882	-
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(241.996)</b>	<b>(79.488)</b>
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%	37,98%	30,49%

<sup>(1)</sup> Nas controladas EGO, EPA I, EPA II, EAM, ETT II, EAP e EPT a apuração do imposto de renda e da contribuição social são efetuadas pelo Lucro Presumido, gerando efeitos no exercício de R\$19.017, R\$18.824, R\$(5.660), R\$26.968, R\$24, R\$367 e R\$4.977 (R\$12.079, R\$1.464, R\$11.113, R\$4.451, R\$126, R\$(1) e R\$0 em 2021), respectivamente, enquanto, a Companhia e a controladas LM, LX, LT e ETT I realiza as operações com base no lucro real.

## 11. Outros créditos

Durante o período de construção da infraestrutura de transmissão da controlada ETT I, o EPCista contratado incorreu em diversos descumprimentos contratuais que culminaram na rescisão do Contrato de Empreitada do tipo 'engineering, procurement and Construction - EPC' na modalidade 'turn-key, lump-sum'.

Com o objetivo de obter o ressarcimento dos custos originários desta rescisão, a controlada ETT I iniciou a execução extrajudicial seguros-garantia, por meio de processos de regulação de sinistro. As seguradoras envolvidas, já foram comunicadas e o processo encontra-se em fase de coleta e envio das informações necessários para a indenização. A Administração monitora tempestivamente o processo de regulação do sinistro no intuito de reavaliar, se necessário, o seu julgamento quanto a realização do saldo a receber de R\$100.062 que em sua melhor expectativa será ressarcido em até 12 meses.

## 12. Concessão de serviço público (Ativo de contrato) - consolidado

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Os ativos de contrato, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Segue as movimentações do ativo de contrato ocorrida no exercício:

	2021	Saldo de infraestrutura de transmissão adquirido <sup>(*)</sup>	Receita de remuneração do ativo de contrato	Receita das margens da obrigação de performance de construção	Receita de operação e manutenção	Ganhos/perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	Receita de construção da infraestrutura	Recebimento RAP	2022	Circulante	Não Circulante
EGO I	488.030	-	81.002	-	5.727	-	-	(46.262)	528.497	45.269	483.228
EPA I	623.997	-	101.673	-	6.145	-	-	(56.896)	674.919	58.144	616.775
EPA II	540.419	-	34.327	(7.732)	4.137	10.739	54.399	(39.693)	596.596	42.383	554.213
ETT	673.064	-	45.805	116.777	530	(13.733)	284.022	(5.054)	1.101.411	79.198	1.022.213
EAM <sup>(3)</sup>	273.513	-	80.986	26.725	13.190	10.572	83.741	(15.560)	473.167	19.687	453.480
ETT II	2.726	-	(250)	1.267	-	(207)	5.680	-	9.216	-	9.216
EPT <sup>(4)</sup>	-	107.723	17.966	-	2.792	-	-	(9.433)	119.048	10.442	108.606
EAP	-	-	103	2.325	-	(311)	8.527	-	10.644	-	10.644
LMTE <sup>(5)</sup>	-	1.430.121	5.573	-	7.253	208.971	-	(97.076)	1.554.842	157.312	1.397.530
LXTE <sup>(5)</sup>	-	1.609.483	232.458	-	6.172	8.603	-	(105.201)	1.751.515	173.172	1.578.343
LTTE <sup>(5)</sup>	-	430.684	102.336	57	5.110	85.951	2.370	(47.268)	579.240	74.258	504.982
<b>Total</b>	<b>2.601.749</b>	<b>3.578.011</b>	<b>701.979</b>	<b>139.419</b>	<b>51.056</b>	<b>310.585</b>	<b>438.739</b>	<b>(422.443)</b>	<b>7.399.095</b>	<b>659.865</b>	<b>6.739.230</b>

	2020	Aquisição de infraestrutura de transmissão <sup>(*)</sup>	Receita de remuneração do ativo de contrato	Receita das margens da obrigação de performance de construção	Receita de operação e manutenção	Ganhos/perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	Receita de construção da infraestrutura	Recebimento RAP	2021
EGO I	477.049	-	49.044	-	5.532	-	-	(43.595)	488.030
EPA I	610.807	-	62.861	-	6.031	-	-	(55.702)	623.997
EPA II <sup>(1)</sup>	278.454	-	36.015	61.805	360	(27.213)	193.882	(2.884)	540.419
ETT	78.335	-	26.028	197.373	-	(43.609)	414.937	-	673.064
EAM <sup>(2)</sup>	-	239.300	11.475	31.669	15.309	(25.187)	17.292	(16.345)	273.513
ETT II	-	-	4	959	-	(317)	2.080	-	2.726
<b>Total</b>	<b>1.444.645</b>	<b>239.300</b>	<b>185.427</b>	<b>291.806</b>	<b>27.232</b>	<b>(96.326)</b>	<b>628.191</b>	<b>(118.526)</b>	<b>2.601.749</b>

	Margem de construção	Margem de operação e manutenção	Taxa de remuneração	Índice de correção dos contratos	Custos incorridos	RAP anual
EGO I	30,52%	12,57%	6% a 10% a.a.	IPCA	255.912	49.651
EPA I	25,98%	11,02%	6% a 10% a.a.	IPCA	318.257	62.661
EPA II <sup>(1)</sup>	6,77%	10,94%	4% a 8% a.a.	IPCA	452.695	48.326
ETT	31,22%	10,48%	4% a 8% a.a.	IPCA	683.474	79.905
EAM <sup>(2) e (3)</sup>	23,84%	17,06%	3% a 8% a.a.	IPCA	97.345	79.935
ETT II	21,60%	4,85%	3% a 8% a.a.	IPCA	7.478	4.284
EPT <sup>(4)</sup>	0% a 5%	10% a 18%	8% a 12% a.a.	IPCA	-	12.188
EAP	27,42%	7,01%	3% a 8% a.a.	IPCA	8.216	12.626
LMTE <sup>(5)</sup>	0% a 5%	2,00%	3% a 8% a.a.	IPCA	-	142.244
LXTE <sup>(5)</sup>	0% a 5%	2,00%	3% a 12% a.a.	IPCA	-	156.352
LTTE <sup>(5)</sup>	0% a 5%	2,00%	4% a 12% a.a.	IPCA	2.370	75.225
<b>Total</b>					<b>1.825.747</b>	<b>723.397</b>

<sup>(1)</sup> Em 25 de maio de 2021, por meio da Resolução Autorizativa nº 10.088, de 25 de maio de 2021, foi autorizada que a controlada EPA II iniciasse um reforço da infraestrutura de transmissão (SE Integradora Sossego - instalação do 1º reator de barra 500kV (3+1) x 45,33 Mvar) onde a estimativa de custo é na ordem de R\$51.707 com previsão de término da obra em julho de 2023, cuja RAP prevista é de R\$3.923;

<sup>(2)</sup> Em 31 de março 2021 a Companhia pagou o montante de R\$239.300 pela assunção dos ativos já existentes e realizou a celebração do contrato de concessão junto ao Poder Concedente onde os empreendimentos incorporados entraram em operação, proporcionando o direito de recebimento de 30% da Receita Anual Permitida (RAP) prevista, e construção de novos empreendimentos conforme destacado na nota explicativa nº 1;

<sup>(3)</sup> Por meio da resolução Autorizativa 10.382 de 10 de agosto de 2021, foi autorizado o reforço da infraestrutura de transmissão no empreendimento T2021-066 - SE Mauá III - instalação do 5º transformador 230/138 Kv com custo estimado de R\$ 34.371 e RAP estimada de R\$3.726, com previsão de término das obras em 10 de fevereiro de 2024.

<sup>(4)</sup> Em 11 de fevereiro de 2022, a Companhia e sua controladora Energisa S.A. concluíram a operação de aquisição da Geogroup Paranaíta.

<sup>(5)</sup> Em junho de 2022, a Companhia e sua controladora Energisa S.A. concluíram a operação de aquisição da Gemini Energy que por sua vez detém o controle de transmissoras, conforme destacado na nota explicativa nº 12.

### 13. Investimentos

	Controladora	
	2022	2021
Participação em controladas	3.594.938	1.569.010
<b>Total</b>	<b>3.594.938</b>	<b>1.569.010</b>

Participação em controladas:

2022									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
EGO I	100	140.431	148.251	551.225	47.278	503.947	62.900	62.900	503.947

2022									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
EPA I	100	152.594	152.594	702.236	252.753	449.483	73.357	73.357	449.483
EPA II	100	127.942	127.942	614.727	253.586	361.141	(3.652)	(3.652)	361.141
ETT I	100	196.188	196.188	1.312.822	589.065	723.757	54.268	54.268	723.757
EAM I	100	242.851	242.851	482.276	122.727	359.549	99.023	99.023	359.549
ETT II	100	2.046	2.046	9.254	1.079	8.175	458	458	8.175
EAP	100	11	11	10.709	1.166	9.543	1.716	1.716	9.543
EPT <sup>(*)</sup>	100	31.000	38.500	124.871	7.355	117.516	17.788	17.788	117.516
Gemini Energy <sup>(*)</sup>	100	2.330.106	1.995.776	1.088.574	26.751	1.061.823	242.956	242.956	1.061.823
Nova Gemini	99,9	1	1	1	-	1	-	-	1
EAM II	100	1	1	1	-	1	-	-	1
ETE IX	100	1	1	1	-	1	-	-	1
ETE VII	100	1	1	1	-	1	-	-	1
<b>Total</b>								<b>548.814</b>	<b>3.594.938</b>

(\*) Aquisição do controle acionário: vide item combinação de negócio

2021									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
EGO I	100	140.431	140.431	507.031	158.758	348.273	39.305	39.305	348.273
EPA I	100	152.594	152.594	670.546	254.455	416.091	19.660	19.660	416.091
EPA II	100	103.352	103.352	543.680	314.482	229.198	56.274	56.274	229.198
ETT I	100	195.188	195.188	749.261	432.452	316.809	106.500	106.500	316.809
EAM	100	11	11	330.850	74.792	256.058	17.613	17.612	256.058
ETT II	100	11	11	2.766	190	2.576	533	536	2.576
EAP	100	11	11	5	-	5	(3)	-	5
<b>Total</b>								<b>239.887</b>	<b>1.569.010</b>

### Movimentação dos investimentos:

Controladas	2021	Subscrição	Ganho/Perda aquisição de ações <sup>(1)</sup>	Dividendos	Outros Resultados abrangentes	Equivalência Patrimonial	2022
EGO I	348.273	119.712	-	62	(27.000)	62.900	503.947
EPA I	416.091	2.982	-	62	(43.000)	73.357	449.481
EPA II	229.198	135.594	-	-	-	(3.652)	361.140
ETT	316.809	365.570	-	-	(12.889)	54.268	723.758
EAM	256.058	23.587	-	-	(19.117)	99.023	359.549
ETT II	2.576	5.250	-	-	(109)	458	8.175
EAP	5	8.229	-	-	(408)	1.716	9.542
EPT <sup>(2)</sup>	-	104.728	-	-	(5.000)	17.788	117.516
Gemini Energy <sup>(3)</sup>	-	820.636	(1.766)	-	-	242.956	1.061.826
Nova Gemini	-	1	-	-	-	-	1
EAM II	-	1	-	-	-	-	1
ETE IX	-	1	-	-	-	-	1
ETE VII	-	1	-	-	-	-	1
<b>Total</b>	<b>1.569.010</b>	<b>1.586.292</b>	<b>(1.642)</b>	<b>(107.523)</b>	<b>(13)</b>	<b>548.814</b>	<b>3.594.938</b>

Controladas	2020	Subscrição	Ganho/Perda aquisição de ações <sup>(1)</sup>	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial	2021
EGO I	338.452	-	64	(29.548)	-	39.305	348.273
EPA I	403.591	-	64	(7.227)	3	19.660	416.091
EPA II	148.334	24.590	-	-	-	56.274	229.198
ETT I	46.900	163.409	-	-	-	106.500	316.809
EAM	-	242.848	-	(4.402)	-	17.612	256.058
ETT II	-	2.040	-	-	-	536	2.576
EAP	-	5	-	-	-	-	5
<b>Total</b>	<b>937.277</b>	<b>432.892</b>	<b>128</b>	<b>(41.177)</b>	<b>3</b>	<b>239.887</b>	<b>1.569.010</b>

(1) Refere-se a parcela reflexa sobre a implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) das controladas EPA I; EGO I e Gemini Energy, no valor de R\$355 (R\$128 em 31 de dezembro de 2021); e R\$1.287 referente a transações entre sócios da Gemini Energy.

(2) **Aquisição controle acionário da transmissora SPE Paranaíta** (atualmente denominada Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A)

Em 11 de fevereiro de 2022, a Companhia e sua controladora Energisa S.A. concluíram a operação de aquisição de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social total e votante da Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S/A, após o cumprimento das condições precedentes. O valor total pago na aquisição foi de R\$102.086, tendo sido efetuado pagamento adicional de R\$500 realizado em maio de 2022, adicionalmente foi contabilizado em outras contas a pagar o montante de R\$2.000, referente ao cumprimento de covenants a ser pago em até 6º (sexto) aniversário da data do fechamento.

O ativo adquirido corresponde a uma subestação denominada Paranaíta com 500/138 KV 3 x 50MVA + reserva conforme contrato de concessão nº 22/2016 - Lote X e leilão da Aneel nº 013/2015. O ativo possui Interface com a controlada indireta Energisa MT e função sistêmica de escoar a geração das PCHs durante o verão e melhorar o perfil de tensão da região de Alta Floresta durante o inverno.

Com a aquisição, a Companhia passou a ter em seu portfólio 11 (onze) projetos em transmissão, ampliando ainda mais sua atuação no segmento e atestando seu compromisso de melhorar a infraestrutura do setor elétrico no país.

A Administração acredita que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos na transação será, substancialmente, atribuído ao ativo de contrato de concessão de transmissão de energia elétrica e se aproxima ao valor da transação.

#### **Purchase Price Allocation (PPA):**

A Administração da Companhia efetuou a mensuração do valor justo do ativo de contrato e imobilizado para alocação do preço de aquisição da Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination" na data da aquisição.

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, na data da combinação de negócios, são como segue:

	Montante
Valor justo dos ativos adquiridos	104.586
% de participação	100%
Valor da participação	104.586
Valor da aquisição ajustado	104.586
Data da aquisição	11/02/2022

A contabilização da aquisição realizada em 11 de fevereiro de 2022 foi mensurada pelo valor justo na data da transação, de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination".

Segue as informações financeiras consolidados da Energisa Paranaíta, na data da aquisição:

	SalDOS
Caixa e equivalente de caixa	708
Contas a receber	1.330
Ativo de contrato de concessão	107.723
Outros créditos	388
Fornecedores	48
Encargos setoriais	66
Impostos e contribuições sociais	829
Imposto de renda e contribuição social diferido	4.620
Caixa e equivalente de caixa pago na combinação de negócio, reduzido do capital de giro de R\$142	104.586

Segue o demonstrativo do reconhecimento do ativo de mais valia dos ativos adquiridos a valor justo:

	Saldos
<b>Ativo</b>	
Concessão do serviço público	27.790
<b>Passivo</b>	
Imposto de renda, contribuição social, pis e cofins diferidos	1.846
<b>Efeito ajuste de avaliação patrimonial - patrimônio líquido em 11 de fevereiro de 2022</b>	<b>25.944</b>

O Imposto de renda, contribuição social, pis, e cofins diferidos contabilizado no passivo não circulante foram constituídos sobre a diferença entre a mais-valia dos ativos identificáveis e adquiridos e os respectivos valores contábeis desses ativos, calculados considerando o regime de tributação do lucro presumido uma vez que as bases fiscais destes não foram afetadas pela combinação de negócio e, consequentemente, geraram diferenças temporárias. Esses impostos diferidos incidentes sobre a mais-valia Concessão do serviço público - ativo de contrato. O valor do imposto de renda diferido será realizado contabilmente à medida que a Concessão do serviço público - ativo de contrato - (Transmissão de energia elétrica) seja amortizado ou no caso de o investimento ser vendido pela controlada. Adicionalmente, a controlada ETE é tributada pelo lucro real, porém a parcela originada da aquisição leva em consideração o regime de tributação da controlada - lucro presumido, no qual a amortização da Concessão do serviço público - ativo de contrato - (Transmissão de energia elétrica) não é tributável. Desta forma, na ETE sua realização fiscal ocorre pela venda das ações adquiridas da controlada Paranaita.

### **(3) Combinação de negócios - Gemini Energy S/A**

Em 17 de fevereiro de 2022, a Companhia, celebrou, com a controladora Energisa S/A na qualidade de Interveniente Garantidora, Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com os vendedores Power Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura e Perfin Apollo 14 Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura, tendo, ainda, como Intervenientes Anuentes as sociedades alvo do Contrato de Compra e Venda, para regular a aquisição de 2.330.106 ações ordinárias de propriedade dos Vendedores, de emissão da Gemini Energy S/A.

A Gemini é detentora de 85,04% e 83,33%, respectivamente, de 2 (duas) concessionárias operacionais de transmissão na região Norte que interligam importantes sistemas de geração como Tucuruí e Xingu a centros de consumo do Pará e Amapá, e de 100% de 1 (uma) concessionária operacional de transmissão na região Sudeste que faz a ligação entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo que, em conjunto, possuem uma capacidade de transmissão instalada de 6.700 MVA e 1.451 km de extensão, além de 100% de outras duas sociedades não operacionais. Os ativos consolidados em 31 de maio de 2022 pela Gemini totalizam em R\$3.316.449 e contratos de concessão válidos até 16 de outubro de 2038 e 09 de dezembro de 2041, respectivamente.

O Valor da Transação foi de R\$819.722, considerando a assunção do endividamento líquido de R\$1.759.935 detido pela Gemini. O valor por ação estará sujeito a ajustes no fechamento e pós fechamento decorrentes, dentre outros, de variação do endividamento líquido e do capital de giro entre a data base de 31 de dezembro de 2021 e a data de fechamento, bem como outros ajustes, nos termos do Contrato de Compra e Venda.

Em 28 de março de 2022 e 26 de abril de 2022 ocorreram as aprovações da aquisição pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e Aneel, respectivamente.

#### **Purchase Price Allocation (PPA):**

A Administração da Companhia efetuou a mensuração do valor justo dos ativos intangíveis e passivos para alocação do preço de aquisição da Gemini Energy S/A de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination" na data da aquisição.

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, na data da combinação de negócios, são como segue:

	Gemini
Valor justo dos ativos adquiridos	819.722
% de participação	100%
Valor da participação	819.722
Valor da aquisição ajustado	819.722
Data da aquisição	10/06/2022

A contabilização da aquisição realizada em 10 de junho de 2022 foi mensurada pelo valor justo na data da transação, de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination".

Segue as demonstrações financeiras consolidados da Gemini na data da aquisição:

	Gemini - consolidado
Caixa e equivalente de caixa	46.775
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	204.970
Contas a receber	61.973
Tributos a recuperar	15.276
Tributos diferidos	278.156
Cauções e depósitos vinculados	3.447

	Gemini - consolidado
Ativo financeiro indenizável da concessão	3.470.286
Outros créditos	18.812
Imobilizado	5.186
Direito de uso	889
Fornecedores	29.171
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	324.928
Debentures	1.686.753
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórios	463.993
Impostos e contribuições sociais	33.737
Imposto de renda e contribuição social diferido	546.004
Dividendos a pagar	19.581
Outros passivos	36.332
Participação de acionistas não controladores	145.549
Caixa e equivalente de caixa pago na combinação de negócio	819.722

#### Provisão riscos de impostos e contribuições sociais

A Companhia reconheceu o montante de R\$22.037, de provisão de riscos de impostos e contribuições sociais, com prognósticos de perdas possíveis e estão a valor justo dos passivos.

#### Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórias

A ETE reconheceu o montante de R\$409.560, de provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórias, com prognósticos de perdas possíveis e remotas e estão a valor justo dos passivos contingentes assumidos na contabilização inicial da combinação de negócios.

A aplicação do valor justo aos investimentos é como segue:

Empresas	PL ajustado a valor justo 10/06/2022	PL a valor de custo	Ajuste do valor justo	% participação	Ajuste do valor justo do investimento
Gemini	819.722	1.723.496	(903.774)	100,00%	(903.774)
<b>Empresas controladas pela Gemini</b>					
LXTE	383.743	814.950	(431.207)	83,34%	(359.368)
LMTE	488.600	876.093	(387.493)	85,04%	(329.524)
LTTE	53.681	245.918	(192.237)	100,00%	(192.237)
LITE	(243)	188	(431)	100,00%	(431)
POMTE	(4.483)	2.515	(6.998)	100,00%	(6.998)
<b>Total</b>	<b>921.298</b>	<b>1.939.664</b>	<b>(1.018.366)</b>		<b>(888.558)</b>

#### Menos Valia dos ativos de contrato

As aquisições descritas na nota explicativa acima foram contabilizadas de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination". Para efeitos de registro contábil, de acordo com as normas contábeis que consideram a essência econômica da operação a ETE passou a avaliar os ativos das controladas a valor justo. Como resultado, e seguindo as determinações do CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), os ativos e passivos líquidos (acervo líquido) das empresas foram avaliados ao seu valor justo ("fair value") e alocados conforme laudo de avaliação preparado por empresa especializada, o qual gerou o registro nas empresas conforme segue:

Resultado da combinação de negócio	Valores
<b>Ativo não circulante</b>	
Concessão do serviço público - ativo de contrato	(1.084.095)
Créditos tributários	223.370
Outros créditos	(5.288)
<b>Total</b>	<b>(866.013)</b>
<b>Passivo</b>	

Resultado da combinação de negócio	Valores
Fornecedores	11.282
impostos e contribuições sociais	22.031
Juros sobre capital próprio	(12.364)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórias	409.560
Imposto de renda, contribuição social, pis, e cofins diferidos	(274.232)
<b>Efeito ajuste de avaliação patrimonial - patrimônio líquido</b>	<b>(1.025.056)</b>
Participação de acionistas não controladores	121.282
<b>Ajuste do valor justo do investimento adquirido</b>	<b>(903.774)</b>

O Imposto de renda, contribuição social, pis, e cofins diferidos contabilizado como redutor do passivo não circulante foram constituídos sobre a diferença entre a menos-valia dos ativos identificáveis e adquiridos e os respectivos valores contábeis desses ativos, uma vez que as bases fiscais destes não foram afetadas pela combinação de negócio e, conseqüentemente, geraram diferenças temporárias. Esses impostos diferidos foram constituídos utilizando-se as alíquotas de 9,25% (pis e cofins) e de 34% (alíquota combinada de Imposto de renda e contribuição social) incidentes sobre a menos-valia redutora da rubrica de Concessão do serviço público - ativo de contrato. O valor do imposto de renda diferido será realizado contabilmente à medida que a menos valia do ativo da Concessão do serviço público - ativo de contrato - (Transmissão de energia elétrica) seja amortizado ou no caso de o investimento ser vendido pela controlada.

#### 14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Materiais	-	-	18.981	12.056
Serviços	119	6	75.398	45.736
<b>Total - circulante</b>	<b>119</b>	<b>6</b>	<b>94.379</b>	<b>57.792</b>

Referem-se às aquisições de materiais e serviços necessários à construção de Linhas de Transmissão das controladas, com prazo médio de liquidação de 30 dias.

#### 15. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívida está demonstrada a seguir:

	Controladora						2022
	2021	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	
<b>Mensuradas ao custo</b>							
<b>Moeda Nacional</b>							
Pós Fixado							
CDI	-	350.000	(25.517)	28.694	-	-	353.177
Gastos com captação	-	-	-	204	(1.077)	-	(873)
<b>Total do custo</b>	<b>-</b>	<b>350.000</b>	<b>-</b>	<b>28.898</b>	<b>(1.077)</b>	<b>-</b>	<b>352.304</b>
<b>Gastos com captação</b>							
<b>Mensurados ao valor justo</b>							
<b>Moeda Estrangeira</b>							
Dólar	174.942	-	(3.547)	(6.693)	-	-	164.702
Marcação a mercado	(626)	-	-	-	-	2.838	2.212
<b>Total ao valor justo</b>	<b>174.316</b>	<b>-</b>	<b>(3.547)</b>	<b>(6.693)</b>	<b>-</b>	<b>2.838</b>	<b>166.914</b>
<b>Total</b>	<b>174.316</b>	<b>350.000</b>	<b>(29.064)</b>	<b>22.205</b>	<b>(1.077)</b>	<b>2.838</b>	<b>519.218</b>
Circulante	195						169.742
Não circulante	174.121						349.476

Controladora					
	2020	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Marcação Mercado da Dívida	2021
<b>Mensurados ao valor justo</b>					
<b>Moeda Estrangeira</b>					
Dólar	162.939	(1.550)	13.553	-	174.942
Marcação a mercado	(1.046)	-	-	420	(626)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>161.893</b>	<b>(1.550)</b>	<b>13.553</b>	<b>420</b>	<b>174.316</b>
Circulante	210				195
Não circulante	161.683				174.121

	Consolidado								
	2021	Captação	Combinação de Negócios	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	2022
<b>Mensuradas ao custo</b>									
<b>Moeda Nacional</b>									
Pré Fixado	-	-	324.928	(17.757)	(15.249)	14.744	-	-	306.666
Pós Fixado									
IPCA	439.257	281.634	-	-	(37.952)	43.775	-	-	726.714
CDI	-	350.000	-	-	(25.516)	28.693	-	-	353.177
Gastos com captação	(3.764)	-	-	-	-	501	(1.907)	-	(5.170)
<b>Total do custo</b>	<b>435.493</b>	<b>631.634</b>	<b>324.928</b>	<b>(17.757)</b>	<b>(78.717)</b>	<b>87.713</b>	<b>(1.907)</b>	<b>-</b>	<b>1.381.387</b>
<b>Mensurados ao valor justo</b>									
<b>Moeda Estrangeira</b>									
Dólar	174.942	-	-	-	(3.547)	(6.693)	-	-	164.702
Marcação a mercado	(626)	-	-	-	-	-	-	2.838	2.212
<b>Total ao valor justo</b>	<b>174.316</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.547)</b>	<b>(6.693)</b>	<b>-</b>	<b>2.838</b>	<b>166.914</b>
<b>Total</b>	<b>609.809</b>	<b>631.634</b>	<b>324.928</b>	<b>(17.757)</b>	<b>(82.264)</b>	<b>81.020</b>	<b>(1.907)</b>	<b>2.838</b>	<b>1.548.301</b>
Circulante	2.279								208.285
Não circulante	607.530								1.340.016

	Consolidado						
	2020	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	2021
<b>Mensuradas ao custo</b>							
<b>Moeda Nacional</b>							
BASA - CCB	243.198	195.031	(40.638)		41.666	-	439.257
Gastos com captação	(2.925)	-	-		213	(1.052)	(3.764)
<b>Total do custo</b>	<b>240.273</b>	<b>195.031</b>	<b>(40.638)</b>		<b>41.879</b>	<b>(1.052)</b>	<b>435.493</b>
<b>Mensurados ao valor justo</b>							
<b>Moeda Estrangeira</b>							
Dólar	162.939	-	(1.551)		13.554	-	174.942
Marcação a mercado	(1.046)	-	-		-	-	420 (626)

	Consolidado						2021
	2020	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	
<b>Total ao valor justo</b>	<b>161.893</b>	-	<b>(1.551)</b>	<b>13.554</b>	-	<b>420</b>	<b>174.316</b>
<b>Total</b>	<b>402.166</b>	<b>195.031</b>	<b>(42.189)</b>	<b>55.433</b>	<b>(1.052)</b>	<b>420</b>	<b>609.809</b>
Circulante	1.319						2.279
Não circulante	400.847						607.530

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Venciment o	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (1)	Garan tias (*)
	2022	2021					
<b>Energisa Transmissão</b>							
1ª Nota Comercial	353.177	-	CDI + 1.45% a.a.	jun/25	Final	13,84%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(873)	-					
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>352.304</b>	<b>-</b>					
ETE X CITIBANK LOAN 56417 (2)	164.702	174.942	LIBOR + 0.60% a.a.	fev/23	Final	-3,50%	A
Marcação à Mercado de Dívida (3)	2.212	(626)					
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>166.914</b>	<b>174.316</b>					
<b>Total Energisa Transmissão</b>	<b>519.218</b>	<b>174.316</b>					
<b>Energisa Pará I</b>							
BASA - CCB 048-19/0002-0 (4)	195.241	196.132	IPCA + 1.89% a.a.	abr/40	Mensal a partir de mai/24	7,67%	A + R + S
Custo de captação incorrido na contratação	(1.105)	(1.233)	-	-	-	-	
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>194.136</b>	<b>194.899</b>					
<b>Total EPA I</b>	<b>194.136</b>	<b>194.899</b>					
<b>Energisa Pará II</b>							
BASA - CCB 128-20/0050-8 (4)	186.802	187.777	IPCA + 1.89% a.a.	abr/40	Mensal a partir de mai/24	7,46%	A + R + S
Custo de captação incorrido na contratação	(1.403)	(1.483)	-	-	-	-	
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>185.399</b>	<b>186.294</b>					
<b>Total EPA II</b>	<b>185.399</b>	<b>186.294</b>					
<b>Energisa Tocantins Transmissora</b>							
BASA - CCB 128-21/0008-1(4)	204.783	55.348	IPCA + 2.46% a.a.	mai/41	Mensal a partir de out/24	8,24%	A + R + S
BNDES - 21.02.0247-1(4)	139.888	-	IPCA + 3.03% a.a. + 1.81% a.a.	mai/41	Mensal a partir de out/24	10,62%	R
Custo de captação incorrido na contratação	(1.789)	(1.048)					
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>342.882</b>	<b>54.300</b>					
<b>Total</b>	<b>342.882</b>	<b>54.300</b>					

LXTE XINGU

Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Venciment o	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (1)	Garan tias (*)
	2022	2021					
LXTE X BASA - CCB 007- 10/0061-5 (5)	143.485	-	8,5% a.a.	out/31	Mensal a partir de mar/15	8,50%	R + S
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>143.485</b>	<b>-</b>					
<b>Total</b>	<b>143.485</b>	<b>-</b>					
<b>LMTE MACAPÁ</b>							
LMTE X BASA - CCB 007- 10/0062-3 (5)	163.181	-	8,5% a.a.	out/33	Mensal a partir de abr/23	8,50%	R + S
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>163.181</b>	<b>-</b>					
<b>Total</b>	<b>163.181</b>	<b>-</b>					
Em Moeda Nacional	1.381.387	435.493					
Em Moeda Estrangeira	166.914	174.316					
<b>Energisa Consolidada</b>	<b>1.548.301</b>	<b>609.809</b>					

(\*) A=Aval Energisa S/A, R=Recebíveis, S = Seguro

(1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo em 2022;

(2) Em fevereiro de 2020, a Companhia contratou um financiamento junto ao Citibank, no montante de R\$135.000, o qual possui apuração de índice financeiro respeitando o seguinte limite de Covenants da avalista Energisa S/A:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,0x de março/21 até o vencimento 4,25x até o vencimento para Nota Comercial 1ª Emissão	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2022, as exigências contratuais foram cumpridas.

(3) Esta operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option” (vide nota explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

(4) Em julho de 2019, em junho de 2020, em junho de 2021 e em dezembro de 2010, as controladas Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A (EPA I) e a Energisa Pará Transmissora II S/A (EPA II), Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A (ETT) contrataram financiamento junto ao Banco da Amazônia e para o BNDES na Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A (ETT) o qual possui apuração de índice financeiro respeitando o seguinte limite de *covenants*:

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,3x, apurado anualmente, após 12 (doze) meses de pagamento do principal, até a data do vencimento do contrato.

O descumprimento desse índice pode implicar em vencimentos antecipados da dívida. Em 31 de dezembro de 2022, as exigências contratuais foram cumpridas.

(5) Para as empresas Linhas Macapá Transmissora de Energia S/A e Linhas Xingu Transmissora de Energia, possuem as Garantias e Covenants abaixo:

Garantias: CRSD equivalente a 3x o último serviço da dívida mensal. Penhor de 100% das ações das concessionárias e dos direitos emergentes da concessão, incluindo as Contas-Reservas.

Condições de *covenants*

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,3x, apurado anualmente, após 12 (doze) meses de pagamento do principal, até a data do vencimento do contrato. Em 31 de dezembro de 2022, as exigências contratuais foram cumpridas.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício.

Moeda/indicadores	2022	2021
US\$ x R\$	-6,50%	7,39%
CDI	12,39%	4,42%
IPCA	5,78%	10,06%
LIBOR	2,40%	0,16%

A Companhia e suas controladas tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

#### Vencimentos:

Em 2022, os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2024	-	48.901
2025	349.476	424.560
2026	-	75.084
2027	-	75.084
Após 2027	-	716.387
<b>Total</b>	<b>349.476</b>	<b>1.340.016</b>

## 16. Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora							2022
	2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	
<b>Mensuradas ao custo - pós fixado</b>								
CDI	308.361	500.000	(50.000)	(69.901)	81.046	-	-	769.506
IPCA	459.695	-	-	(22.757)	48.389	-	-	485.327
<b>Gastos com captação</b>	(6.499)	-	-	-	3.983	(2.937)	-	(5.453)
Marcação a mercado	(2.885)	-	-	-	-	-	(10.520)	(13.405)
<b>Total do custo</b>	<b>758.672</b>	<b>500.000</b>	<b>(50.000)</b>	<b>(92.658)</b>	<b>133.418</b>	<b>(2.937)</b>	<b>(10.520)</b>	<b>1.235.975</b>
Circulante	9.104							469.942
Não circulante	749.568							766.033

	Controladora						2021
	2020	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	
<b>Mensuradas ao custo - pós fixado</b>							
CDI	-	300.000	(7.863)	16.224	-	-	308.361
IPCA	414.751	-	(20.751)	65.695	-	-	459.695
<b>Gastos com captação</b>	(6.389)	-	-	1.300	(1.410)	-	(6.499)
Marcação a mercado	39.285	-	-	-	-	(42.170)	(2.885)
<b>Total do custo</b>	<b>447.647</b>	<b>300.000</b>	<b>(28.614)</b>	<b>83.219</b>	<b>(1.410)</b>	<b>(42.170)</b>	<b>758.672</b>
Circulante	748						9.104
Não circulante	446.899						749.568

Consolidado									
	2021	Captação	Aquisição - Combinação de Negócio	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	2022
<b>Mensuradas ao custo - pós fixado</b>									
CDI	308.361	500.000	-	(50.000)	(69.901)	81.046	-	-	769.506
IPCA	502.630	-	664.695	(17.546)	(50.817)	77.698	-	-	1.176.660
TJLP	-	-	1.072.695	(64.691)	(5.474)	49.786	-	-	1.052.316
<b>Gastos com captação</b>	<b>(6.925)</b>	<b>-</b>	<b>(50.638)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.413</b>	<b>(2.937)</b>	<b>-</b>	<b>(54.087)</b>
Marcação a mercado	(1.932)	-	-	-	-	-	-	(13.711)	(15.643)
<b>Total do custo</b>	<b>802.134</b>	<b>500.000</b>	<b>1.686.752</b>	<b>(132.237)</b>	<b>(126.192)</b>	<b>214.943</b>	<b>(2.937)</b>	<b>(13.711)</b>	<b>2.928.752</b>
Circulante	9.489								640.396
Não circulante	792.645								2.288.356

Consolidado							
	2020	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	2021
<b>Mensuradas ao custo - pós fixado</b>							
CDI	-	300.000	(7.863)	16.224	-	-	308.361
IPCA	414.751	41.638	(20.751)	66.992	-	-	502.630
<b>Gastos com captação</b>	<b>(6.389)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.308</b>	<b>(1.844)</b>	<b>-</b>	<b>(6.925)</b>
Marcação a mercado	39.285	-	-	-	-	(41.217)	(1.932)
<b>Total do custo</b>	<b>447.647</b>	<b>341.638</b>	<b>(28.614)</b>	<b>84.524</b>	<b>(1.844)</b>	<b>(41.217)</b>	<b>802.134</b>
Circulante	748						9.489
Não circulante	446.899						792.645

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Venci- mento	Amortizaç ão do principal	Taxa efetiva de juros	Garan- tias <sup>(*)</sup>
	2022	2021							
<b>ENERGISA TRANSMISSÃO</b>									
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	95.725	90.671	15/12/2018	75500 / 75500	IPCA + 4,92% a.a.	dez/25	Final	10,70%	F
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	65.254	61.809	15/12/2018	51462 / 51462	IPCA + 5,14% a.a.	dez/28	Anual a partir de dez/26	10,92%	F
Debêntures 1ª Emissão 3ª Série	156.003	147.764	15/12/2018	123038 / 123038	IPCA + 4,98% a.a.	dez/25	Final	10,76%	F
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	69.002	65.356	00/01/1900	57.400 / 57.400	IPCA + 4,23% a.a.	out/27	Final	10,01%	A
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	99.343	94.095	15/10/2020	82600 / 82600	IPCA + 4,47% a.a.	out/30	Anual a partir de out/28	10,25%	A
Debêntures 3ª Emissão	314.211	308.361	05/03/2021	300000 / 300000	CDI + 1,80% a.a.	mar/24	Final	14,19%	A
Debêntures 4ª Emissão	455.295	-	01/06/2022	500.000 / 500.000	CDI + 1,25% a.a.	fev/23	Final	13,64%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(5.453)	(6.499)							
Marcação à Mercado de Dívida	(13.405)	(2.885)							
<b>Total ENERGISA TRANSMISSÃO</b>	<b>1.235.975</b>	<b>758.672</b>							
<b>ENERGISA AMAZONAS</b>									
Debêntures 1ª Emissão	45.433	42.935	15/10/2021	41638 / 41638	IPCA + 6,09% a.a.	out/31	Anual a partir de out/29	11,87%	SG
(-) custos de captação	(381)	(426)							
(-) Marcação à Mercado de Dívida	(2.238)	953							
<b>Total ENERGISA AMAZONAS</b>	<b>42.814</b>	<b>43.462</b>							
<b>LTTE TAUBATÉ</b>									

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias <sup>(1)</sup>
	2022	2021							
Debêntures 5ª Emissão	494.699	-	04/11/2020	410.000 / 410.000	IPCA + 5,09% a.a.	out/38	Anual a partir de out/22	10,87%	R
(-) custos de captação	(27.629)	-							
<b>Total LTTE TAUBATÉ</b>	<b>467.070</b>	<b>-</b>							
<b>LXTE XINGU</b>									
Debêntures 1ª Emissão <sup>(2)</sup>	542.197	-	27/01/2012	602.447.753 / 602.447.753	TJLP + 1,00% a.a.	out/30	Semestral a partir de abr/15	7,78%	R + S + B
Debêntures 2ª Emissão	151.201	-	29/03/2021	120.000 / 120.000	IPCA + 5,83% a.a.	out/36	Anual a partir de abr/23	11,61%	R + C
(-) custos de captação	(12.923)	-							
<b>Total LXTE XINGU</b>	<b>680.475</b>	<b>-</b>							
<b>LMTE MACAPÁ</b>									
Debêntures 1ª Emissão <sup>(2)</sup>	510.119	-	27/01/2012	569.568.025 / 569.568.025	TJLP + 1,00% a.a.	out/30	Semestral a partir de abr/15	7,78%	R + S
(-) custos de captação	(7.701)	-							
<b>Total LMTE MACAPÁ</b>	<b>502.418</b>	<b>-</b>							
<b>TOTAL</b>	<b>2.998.482</b>	<b>810.991</b>							
(-) custos de captação	(54.087)	(6.925)							
(-) Marcação à Mercado de Dívida	(15.643)	(1.932)							
<b>Total em moeda nacional</b>	<b>2.928.752</b>	<b>802.134</b>							
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>2.928.752</b>	<b>802.134</b>							

(1) F= Fiança, R = Recebíveis, A = Aval Energisa S/A, SG = Sem Garantia, S = Seguro  
 B= CRSD equivalente aos últimos 6 meses de serviço da dívida. Penhor de 100% das ações das concessionárias e dos direitos emergentes da concessão, incluindo as Contas-Reservas.  
 C= Cessão fiduciária do contrato de Fibra Óptica da TIM e Aval de 100% pela Gemini Energy, Cessão fiduciária subordinadas ao FDA e FNO.

(2) As debêntures da 1ª emissão das controladas LXTE e LMTE possuem cláusulas de conversibilidade das ações e garante a estas controladas o direito de comprarem estas mesmas ações, a qualquer tempo, pelo preço de conversão das ações, conforme condições descritas na escritura pública de emissão das debêntures. As controladas mensuraram o valor justo do instrumento de opção de compra, conforme definido na escritura das debêntures, e na melhor estimativa efetuada pela Administração das controladas, em 31 de dezembro de 2022, não há montante a reconhecer deste instrumento.

### Condições de *covenants*

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (*)	Menor ou igual a: 4,0x de março/21 até o vencimento	Trimestral e Anual

(\*) Para 2ª, 3ª e 4ª emissão de Debêntures da Companhia, o limite é de 4,25x até o vencimento.

Em novembro de 2020, em março de 2021, em março de 2021, as controladas LTTE, LXTE contrataram financiamento junto ao Banco da Amazônia e para o BASA na LMTE, o qual possui apuração de índice financeiro respeitando o seguinte limite de *covenants*:

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,3x, apurado anualmente, após 12 (doze) meses de pagamento do principal, até a data do vencimento do contrato.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2022, as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 2022, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2024	298.983	467.878
2025	240.506	409.401
2026	19.947	188.842
2027	88.402	257.297
2027	53.010	221.905
Após 2028	65.185	743.033
<b>Total</b>	<b>766.033</b>	<b>2.288.356</b>

## 17. Impostos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	917	2.095
Imposto de Renda Pessoa Jurídica-IRPJ	-	-	5.540	7.941
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	-	4.211	3.728
Contribuições ao PIS e a COFINS <sup>(1)</sup>	6	1	655.195	122.081
Encargos Sociais	-	-	3.567	1.975
Imposto Sobre Serviços - ISS	-	-	3.045	1.733
Tributos retidos na fonte (IRRF/PIS/COFINS/CSLL)	3	-	4.318	957
Imposto Sobre Operações Financeiras - IOF	-	-	19.756	-
Outros	10	1	844	196
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>2</b>	<b>697.393</b>	<b>140.706</b>
Circulante	19	2	51.516	22.788
Não circulante	-	-	645.877	117.918

<sup>(1)</sup> PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre o Ativo Contratual constituído, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP.

## 18. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria trabalhista, cível, regulatória, fiscal e ambiental.

### 18.1 Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões:

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Regulatórias	Fiscais	Ambientais	2022
Combinação de negócios	6.440	294.438	47.510	64.519	51.086	463.993
Constituição de provisão	-	10.945	-	17.030	2.464	30.439
Reversões/Pagamentos de provisões	(455)	(14.587)	(40.391)	(696)	(26.538)	(82.667)
Atualização monetária	152	1.050	196	2.196	2.557	6.151
<b>Saldos em 2022 - não circulante</b>	<b>6.137</b>	<b>291.846</b>	<b>7.315</b>	<b>83.049</b>	<b>29.569</b>	<b>417.916</b>

A Companhia possui cauções e depósitos judiciais no ativo não circulante, no montante de R\$3.122.

Os processos relacionados a perdas prováveis das Controladas em 2022 referem-se aos seguintes assuntos:

#### Trabalhista

A maioria dessas ações têm por objeto discussões envolvendo horas extras e seus reflexos, adicional de periculosidade entre outros.

#### Cível

As controladas indiretas transmissoras de energia elétrica recém adquiridas LMTE, LTTE e LXTE estão envolvidas em processos cíveis relacionados a indenização decorrente da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

Principais processos:

#### LMTE

A LMTE está envolvida em ações consumeristas no montante de R\$69.738 (R\$38.665 em 2021), onde se discute demandas de cunho indenizatório decorrentes de prejuízos oriundos do incidente do dia 03 de novembro de 2020, devido a ocorrência de um curto-circuito interno culminou no incêndio do Transformador 01 - 230/69/13,8 kV (7TR01) da Subestação Macapá (SE Macapá), e, por sobrecarga, no desligamento automático do Transformador 03 - 230/69/13,8 kV (7TR03).

Processo 1008725-07.2020.4.01.3100 no montante de R\$71.926 (R\$71.880 em 2021), em curso na 4ª Vara Federal Criminal de Macapá, foi instaurado pela Polícia Federal do Amapá para apurar possíveis ocorrências previstas no(s) artigos 250, §2º (incêndio culposo), e artigo 265 (atentar contra a segurança ou funcionamento de serviço de utilidade pública) do Código Penal Brasileiro, além de outras que porventura sejam constatadas no curso da investigação, também relacionadas à interrupção no fornecimento de energia elétrica no Estado do Amapá.

#### LTTE

Ação de desapropriação 0096955-57.2012.8.19.0038 com valor envolvido de R\$ 58.992 ajuizada pela LTTE com o objetivo de desapropriar uma área de 35 mil hectares, onde está localizada a SE Nova Iguaçú.

#### Ambiental

As controladas indiretas recém adquiridas LMTE e LXTE estão envolvidas em processos administrativos relacionados a suposto descumprimento de condicionantes para o licenciamento ambiental.

#### Fiscal

Nos processos tributários discute-se principalmente ISS e cobrança de débito inscrito na dívida ativa.

Principais processos:

## LMTE

Mandado de Segurança 0006439-63.2014.8.14.0004, com valor de R\$ 31.176 (R\$ 26.328 em 2021) impetrado em 19.12.2014 em razão de ato coator praticado pela Secretária de Fazenda do Município de Almeirim/PA sobre a cobrança do crédito tributário objeto do auto de infração nº 004/2014, lavrado para exigir ISS sobre a suposta contratação de serviços para construção de linha de transmissão de energia elétrica.

## LXTE

Execução Fiscal 0001307-30.2019.8.14.0075 no montante de R\$39.276 (R\$33.284 em 31 de dezembro de 2021), ajuizada 12/02/2019 pela prefeitura de Porto do Moz, referente à suposta contratação de serviços para a obra de construção das Linhas de Transmissão que passaram por aquela localidade. A posição da controlada é que os serviços foram prestados através de mão de obra própria, não sendo hipótese de incidência de ISS. O processo ainda aguarda julgamento.

## Regulatório

## LTTE

Em junho de 2022, a Companhia efetuou pagamento do processo 48.500.001216/2016-53, referente a multa por atraso na entrada em operação, no montante de R\$ 40.611.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

## 18.2 Perdas possíveis

A Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatória em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo da movimentação de processos com as perdas possíveis:

CONSOLIDADO	Trabalhista	Cível	Fiscal	Regulatório	Ambiental	2022
Combinação de Negócio	22.840	165.116	152.270	73.067	62.601	475.894
Novos processos	-	69.543	46.534	827	-	116.904
Mudança de prognóstico e valor pedido	(13.889)	(51.623)	(80.618)	3.801	1.766	(140.563)
Encerramento	(8.355)	(41.322)	(121)	(40.466)	(24.989)	(115.253)
Atualização Monetária	589	3.721	12.463	1.061	2.811	20.645
<b>Saldos</b>	<b>1.185</b>	<b>145.435</b>	<b>130.528</b>	<b>38.290</b>	<b>42.189</b>	<b>357.627</b>

### Trabalhista

A maioria dessas ações têm por objeto discussões envolvendo horas extras e seus reflexos, adicional de periculosidade entre outros.

### Cível

As controladas indiretas transmissoras de energia elétrica recém adquiridas LMTE, LTTE e LXTE estão envolvidas em processos cíveis relacionados a indenização decorrente da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

### Fiscal

As ações de natureza tributária, referem-se, em sua grande maioria a discussões envolvendo ISS sobre a suposta contratação de serviços para construção de linha de transmissão de energia elétrica, e débitos de IRPJ e CSLL.

#### **Principais processos:**

##### **GEMINI**

Auto de Infração 001/2015 no montante de R\$64.888 (R\$ 63.467 em 2021), lavrado em razão do suposto não recolhimento de ISS, no período de 2009 a 2013, referente aos serviços prestados de instalação de estrutura metálica para transmissão de energia elétrica do contrato de concessão nº 008/2008-ANEEL, celebrado entre a ANEEL e a Linhas de Xingu Transmissora de Energia Ltda. No caso, para a prestação dos serviços relacionados no contrato de concessão, a Linhas de Xingu Transmissora de Energia Ltda. celebrou contrato “turn-key” - LCTE/EPC\_000/08 com a Isolux Projetos e Instalações Ltda, sendo que o ISS em cobrança é decorrente dos serviços que teriam sido prestados pela Isolux Projetos e Instalações Ltda, no âmbito desse contrato “turn-key”.

Auto de Infração 1038359-03.2017.8.11.0041, no montante de R\$ 37.765, recebido em setembro de 2022, envolvendo discussão sobre débitos de IRPJ, IRPF e CSLL relativos a 2006, sob a alegação de dedução indevida de valores relativos: (a) ao P&D, às obrigações devidas ao MME e a Provisão para desvalorização de títulos; (b) PIS/COFINS a compensar, que corresponderiam a direitos que não poderiam ser considerados como despesa na apuração do resultado tributável.

##### **Ambiental**

As controladas indiretas transmissoras de energia elétrica recém adquiridas LMTE, LXTE e LTTE estão envolvidas em processos administrativos relacionados a suposto descumprimento de condicionantes para o licenciamento ambiental.

##### **Regulatória**

As controladas indiretas transmissoras de energia elétrica, adquiridas em combinação de negócios no início do mês de junho de 2022 LMTE, LITE e LXTE possuem ações envolvendo discussões como: (i) suspensão dos descontos no pagamento base das concessionárias, vinculados à aplicação da resolução normativa Aneel 270/2007; (ii) caducidade do contrato de concessão e (iii) execução da garantia de fiel cumprimento do contrato em virtude do atraso na entrega do empreendimento.

#### **Principal processo:**

##### **LITE**

Processo administrativo 48500.006110/2017-27 no montante de R\$37.436 por meio do qual a ANEEL busca a execução da garantia de fiel cumprimento do contrato em virtude do atraso na entrega do empreendimento. A empresa defende a incorrência das condições contratuais para a execução da garantia, tendo em vista a existência de fatos justificadores do atraso.

## **19. Patrimônio líquido**

---

### **18.1 Capital Social**

O capital social é de R\$63.304 (R\$36.181 em 2021), representando 63.304.246 (36.181.674 em 2021) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2022, a Companhia aprovou o aumento de capital no montante de R\$27.123, mediante a emissão de 27.122.572 novas ações ordinárias sem valor nominal de emissão da Companhia, pelo preço de emissão de R\$1,00 por ação, passando o capital social da Companhia de R\$36.181 para R\$63.304 e a consequente reforma do artigo 4º do Estatuto Social para refletir o aumento do capital.

Todas as 27.122.572 novas ações ordinárias emitidas foram integralmente subscritas pela acionista Energisa S.A. e integralizadas mediante a capitalização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC da Energisa S.A. registrados até 31 de dezembro de 2021.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 100.000.000 de ações, cabendo ao Conselho de Administração à deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

## 19.2 Reserva de Capital

	2022	2021
Ganho/Perda com investimentos <sup>(1)</sup>	26.567	27.854
Programa de remuneração variável (ILP) <sup>(2)</sup>	6	361
<b>Total</b>	<b>26.573</b>	<b>28.215</b>

<sup>(1)</sup> Inclui R\$27.836 como transações entre sócios em face do reconhecimento do impacto da adoção do CPC 47/IFRS 15 pelas controladas após a capitalização ocorrida em 31 de outubro de 2018.

<sup>(2)</sup> Implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada (Incentivo de Longo Prazo) vide nota explicativa nº 9.

## 19.3 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

## 19.4 Reserva Especial de dividendos

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de reserva de dividendos é de R\$ 435.466 que acordo com os termos do Art. 202 §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, se não for absorvido por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

## 19.5 Reserva lucros - reserva de retenção de lucros

O montante destinado para a reserva de retenção de lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$266.386 (R\$135.400 em 2021), foram retidos com base no orçamento de capital, aprovado pelo Conselho de Administração a ser submetido a Assembleia Geral Ordinária.

## 19.6 Limite das reservas de lucros

A Administração irá propor à AGE, a destinação de R\$ 266.386 para a reserva de lucros. Adicionalmente a companhia irá propor a integralização ao capital social o montante de R\$ 441.085 referente a recursos destinados a futuro aumento de capital (AFAC), de forma que o saldo das reservas de lucros não ultrapasse o capital social, conforme estabelecido no art. 199 da Lei 6.404/76. Com esse aumento, o capital social passará a ser de R\$504.389.

## 19.7 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, calculados conforme segue:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	360.606	181.228
Reserva legal 5%	(5.425)	(695)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>355.181</b>	<b>180.533</b>

	2022	2021
Dividendos obrigatórios (25%) - destinados a reserva especial de dividendos - calculados a razão de R\$1,402674997503 (R\$1,24740499265 em 2021) por ação ordinária	88.795	45.133
Total dividendos	88.795	45.133
% sobre o lucro líquido ajustado	25%	25%

### 19.8 Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefícios pós emprego líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras.

Segue movimentação nos exercícios:

	2022	2021
Saldo inicial - 2021 e 2020	11	8
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	(20)	5
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	7	(2)
Saldo final - 2022 e 2021	(2)	11

### 19.9 Participação de acionistas não controladores

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

	Participação acionária e no capital votante	Aquisição em combinação de negócios	Resultado atribuído aos acionistas não controladores	Dividendos	2022
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A	14,96%	61.155	14.995	-	76.150
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A	16,66%	84.880	19.612	(12.723)	91.769
<b>Total</b>		<b>146.035</b>	<b>34.607</b>	<b>(12.723)</b>	<b>167.919</b>

	Participação acionária e no capital votante	2021	Resultado atribuído aos acionistas não controladores	2022
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A	14,96%	61.155	14.995	76.150
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A	16,66%	84.880	19.612	104.492
<b>Total</b>		<b>146.035</b>	<b>34.607</b>	<b>180.642</b>

## 20. Receita operacional

Descrição	Consolidado	
	2022	2021
Receita de construção da infraestrutura	438.739	628.191
Ganho (perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	310.585	-96.326
Receita das margens da obrigação de performance da construção	139.419	291.806
Receita de operação e manutenção	51.056	27.232
Receita de remuneração do ativo de contrato	701.979	185.427
Outras receitas	24.472	5.284
<b>Total de receita operacional bruta</b>	<b>1.666.250</b>	<b>1.041.614</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>		
Pis corrente	(7.002)	(2.752)
Pis diferido	(9.094)	(9.537)

Descrição	Consolidado	
	2022	2021
COFINS corrente	(60.154)	(12.682)
COFINS diferido	(41.874)	(43.948)
ISS	(4)	-
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	(3.706)	(1.178)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	(6.372)	(436)
<b>Dedução da receita</b>	<b>(128.206)</b>	<b>(70.533)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.538.044</b>	<b>971.081</b>

## 21. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

Controladora			
	Despesas Operacionais Gerais e Administrativas	Total	
		2022	2021
Serviços de terceiros	2.804	2.804	493
Outras despesas	61	61	40
	<b>2.865</b>	<b>2.865</b>	<b>533</b>

Consolidado					
	Custo do Serviço		Despesas Operacionais Gerais e Administrativas	Total	
	Custo de Operação	Prestado a Terceiros		2022	2021
Provisões para riscos trabalhistas, Cíveis, fiscais e regulatórias	-	-	(23.898)	(23.898)	-
Pessoal e administradores	3.940	-	16.330	20.270	3.286
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	6	6	176
Benefícios pós emprego	29	-	264	293	176
Material	-	-	46	46	3.194
Serviços de terceiros	43.157	10	59.060	102.227	31.658
Depreciação e amortização	-	-	306	306	152
Custo de construção da infraestrutura	-	470.339	-	470.339	582.026
Outras	4.023	117	(23.140)	(19.117)	426
	<b>51.149</b>	<b>470.466</b>	<b>28.974</b>	<b>550.589</b>	<b>621.094</b>

## 22. Receitas e despesas financeiras

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita de aplicações financeiras	1.330	1.957	28.782	4.584
Juros Selic s/ impostos a recuperar	383	89	240	96
Tributos s/receita financeira	(80)	(95)	(361)	(122)
Outras receitas financeiras	1	-	2.492	408
<b>Total receita financeira</b>	<b>1.634</b>	<b>1.951</b>	<b>31.153</b>	<b>4.966</b>
Encargos de dívidas - juros	(141.383)	(88.630)	(277.369)	(130.946)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(14.240)	(8.142)	(18.594)	(9.011)
(-) Transferência para ordens em curso	-	-	49.766	28.347
Marcação a mercado dívidas	7.682	41.750	10.873	40.796
Marcação a mercado derivativos	(10.164)	(53.137)	(8.914)	(73.416)
Instrumentos financeiros derivativos	(28.391)	45.818	(43.522)	69.833

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Atualização de mútuos	-	-	(60.463)	(16.779)
Atualização provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	-	-	(5.758)	-
Despesas Bancárias/IOF	(621)	(297)	(9.613)	(5.571)
Outras despesas financeiras	(2)	-	(17.982)	(118)
<b>Total despesa financeira</b>	<b>(187.119)</b>	<b>(62.638)</b>	<b>(381.576)</b>	<b>(96.865)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(185.485)</b>	<b>(60.687)</b>	<b>(350.423)</b>	<b>(91.899)</b>

### 23. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2022	2021
Aeronáutico-Reta-Drones	12/01/2024	1.060/drone	1	-
Auto - Frota	23/10/2023	Até 1.110/veículo	12	3
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	31/01/2024	4.507	11	8
Riscos operacionais	13/03/2024	80.000	1.314	793
Riscos de Engenharia (RE)	30/09/2023	150.000	475	-
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2023	90.000	106	66
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2024	75.000	9	8
			<b>1.928</b>	<b>878</b>

### 24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	Nível	Controladora			
		2022		2021	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b>Ativos</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Caixa e equivalente de caixa		24.040	24.040	370	370
		<b>24.040</b>	<b>24.040</b>	<b>370</b>	<b>370</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	2.060	2.060	129	129
Instrumentos financeiros derivativos	2	115.259	115.259	117.761	119.235
		<b>117.319</b>	<b>117.319</b>	<b>117.890</b>	<b>117.890</b>
<b>Passivo</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Fornecedores		119	119	6	6
Débito com partes relacionadas		533.556	533.556	-	-



coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o “hedge” e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do “hedge”.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como “hedge” foi impactado positivamente em R\$13.711 (R\$41.217 em 2021) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado do exercício.

### Fair Value Option

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas para as quais a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício de 2022, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$2.838 (R\$420 em 2021) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

### Incertezas

Os valores foram estimados na data das demonstrações financeiras, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

### Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

### Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Dívida - Empréstimos financiamentos e debêntures	4.477.053	1.411.943
Caixa e equivalentes de caixa	(165.638)	(161.033)
<b>Dívida líquida</b>	<b>4.311.415</b>	<b>1.250.910</b>
Patrimônio líquido	1.398.456	687.215
<b>Índice de endividamento - líquido</b>	<b>3,08</b>	<b>1,82</b>

### Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados considerando os vencimentos contratuais futuros. Não é esperado que possa ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Controladora					Total
		Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores		119	-	-	-	-	119
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	15,10%	686.223	61.705	1.041.725	151.336	165.642	2.106.631
Instrumentos Financeiros Derivativos		(18.278)	18.035	(53.711)	(22.522)	(6.510)	(82.986)
<b>Total</b>		<b>668.064</b>	<b>79.740</b>	<b>988.014</b>	<b>128.814</b>	<b>159.132</b>	<b>2.023.764</b>

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Consolidado					Total
		Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores		94.379	-	-	-	-	94.379
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	11,89%	827.115	233.443	1.750.786	913.806	3.067.972	6.793.122
Instrumentos Financeiros Derivativos		(9.739)	26.766	(49.496)	(20.032)	(15.884)	(68.385)
<b>Total</b>		<b>911.755</b>	<b>260.209</b>	<b>1.701.290</b>	<b>893.774</b>	<b>3.052.088</b>	<b>6.819.116</b>

O risco de liquidez representa as dificuldades da Companhia e suas controladas em cumprir com as suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia e suas controladas monitoram o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais Instalações de Transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. As controladas são remuneradas pela disponibilização do sistema de transmissão e eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O recebimento da parcela de indenização das instalações representa importante fonte de geração de caixa para a Companhia e suas controladas para cumprir seu planejamento financeiro para os próximos exercícios.

## Risco de crédito

É baixo o risco de as Companhias controladas incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito das Companhias controladas é o valor do saldo de fornecedores. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do Grupo Energisa. Constituído pela controladora no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do Grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

## Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalente de caixa	6.1	24.040	370	165.638	161.033
Concessionárias e Permissionárias	7	-	-	74.361	9.042
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6.2	2.060	129	140.128	129
Instrumentos financeiros derivativos	23	115.259	117.761	119.235	121.455
		<b>141.359</b>	<b>118.260</b>	<b>499.362</b>	<b>291.659</b>

## Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Os empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 14, é composta de financiamentos obtidos junto instituições através de emissões no mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 2022 com queda de 6,50% sobre 2021, cotado a R\$5,2177/ USD. A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 2022 era de 16,00%, enquanto em 2021 foi de 10,79%.

No mês de julho de 2022, a Companhia contratou Non Deliverable Forward (NDFs) para se proteger contra a exposição ao câmbio. Os valores aparecem discriminados abaixo:

Operação	Contratação			Vencimento
	Ativo	Notional (USD)	Valor fixo da operação	
XP x ETE	USD 6,266	3.407	21.346	03/06/2024
XP x ETE	USD 6,315	4.001	25.268	01/07/2024
XP x ETE	EUR 6,315	0,176	1.113	03/06/2024
Bradesco x Amazonas	USD 5,286	3.357	17.743	17/07/2023

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia e suas controladas no exercício findo em 2022 excluídos os efeitos dos custos a apropriar, montam em R\$4.536.310 (R\$1.422.632 em 2021), dos quais R\$166.914 (R\$174.316 em 2021) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 14 e 15. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

O balanço patrimonial da controladora e consolidado apresentam os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros e que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo circulante	29.490	-	30.129	-
Ativo não circulante	85.769	117.761	89.106	121.455
Passivo Circulante	29.247	35.733	47.156	46.374
Passivo não circulante	3.026	-	3.694	6.691

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. A proteção acima está dividida nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Citibank	31.314	(LIBOR + 0,60%) x 117,65%	CDI + 0,65%	13/02/2023	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
<b>Energisa Transmissão</b>					
Santander x ETE	75.500	IPCA + 4,92%	104,25% CDI	15/12/2025	Fair Value Hedge
Santander x ETE	51.462	IPCA + 5,14%	105,15% CDI	15/12/2028	Fair Value Hedge
Santander x ETE	123.038	IPCA + 4,98%	104,50% CDI	15/12/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan x ETE	86.631	IPCA + 4,47%	CDI + 1,78%	15/04/2024	N.A.
Bank of America x ETE	61.227	IPCA + 4,23%	CDI + 0,83%	15/10/2026	N.A.
<b>Energisa Pará I</b>					
Itaú x Pará I	196.058	IPCA + 1,89%	CDI - 0,44%	27/03/2024	N.A.
<b>Energisa Pará II</b>					
ABC x Pará II	151.784	IPCA + 1,68%	CDI - 0,55%	15/04/2024	N.A.
<b>Energisa EAM</b>					
JP Morgan x EAM	41.638	IPCA + 6,09%	CDI + 0,93%	15/01/2031	Fair Value Hedge

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa pré-fixada dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Controladora		Descrição	Valor justo	
	Valor de referência			2022	2021
	2022	2021			
Dívida (Objeto de Hedge) *	397.858	397.858	Taxa Pré-Fixada	(304.405)	(297.682)
	397.858	397.858	Posição Ativa		

Swap de Juros (Instrumento de Hedge)	Taxa Pré-Fixada	460.189	445.812
	<b>Posição Passiva</b>		
	Taxa de Juros CDI	(403.710)	(401.601)
	Posição Líquida Swap	56.479	44.211
	<b>Posição Líquida Dívida + Swap</b>	<b>(247.926)</b>	<b>(253.471)</b>

Consolidado					
Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Dívida (Objeto de Hedge) *	787.337	787.337	Taxa Pré-Fixada	(347.715)	(341.610)
			<b>Posição Ativa</b>		
			Taxa Pré-Fixada	836.727	823.007
Swap de Juros (Instrumento de Hedge)	787.337	787.337	<b>Posição Passiva</b>		
			Taxa de Juros CDI	(795.488)	(792.434)
			Posição Líquida Swap	41.239	30.573
			<b>Posição Líquida Dívida + Swap</b>	<b>(306.476)</b>	<b>(311.037)</b>

(\*) Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como “*fair value hedge*”:

Controladora					
Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Dívida designada para “Fair Value Option”	182.727	135.000	Moeda Estrangeira	(166.887)	(174.311)
			<b>Posição Ativa</b>		
			Moeda Estrangeira	203.841	174.311
Swap Cambial (Derivativo)	182.727	135.000	<b>Posição Passiva</b>		
			Taxa de Juros CDI	(177.334)	(136.494)
			Posição Líquida Swap	26.507	37.817
			<b>Posição Líquida Dívida + Swap</b>	<b>(140.380)</b>	<b>(136.494)</b>

Consolidado					
Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Dívida designada para “Fair Value Option”	200.470	135.000	Moeda Estrangeira	(166.887)	(174.311)
			<b>Posição Ativa</b>		
			Moeda Estrangeira	221.042	174.311
Swap Cambial (Derivativo)	200.470	135.000	<b>Posição Passiva</b>		
			Taxa de Juros CDI	(193.896)	(136.494)
			Posição Líquida Swap	27.146	37.817
			<b>Posição Líquida Dívida + Swap</b>	<b>(139.741)</b>	<b>(136.494)</b>

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 2022 e 2021 foram apurados com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos

saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº14 e 15 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia e suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de *Black & Scholes*, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de moedas estrangeiras também foram obtidas na BM&F.

### Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

#### a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial no exercício findo em 2022, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Controladora					
Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira	(182.727)		(169.927)	(208.449)	(246.971)
Varição Dívida			12.800	(25.722)	(64.244)
<b>Swap Cambial</b>					
<b>Posição Ativa</b>					
Alta USD					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	203.841		184.968	231.210	277.452
Varição - USD e LIBOR			(18.873)	27.369	73.611
<b>Posição Passiva</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(177.334)		(177.334)	(177.334)	(177.334)
<b>Subtotal</b>	<b>26.507</b>		<b>7.634</b>	<b>53.876</b>	<b>100.118</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(156.220)</b>		<b>(162.293)</b>	<b>(154.573)</b>	<b>(146.853)</b>

Consolidado					
Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira	(200.470)		(187.670)	(226.192)	(264.714)
Varição Dívida			12.800	(25.722)	(64.244)
<b>Swap Cambial</b>					
<b>Posição Ativa</b>					
Alta USD					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	221.042		200.027	250.034	300.041
Varição			(21.015)	28.992	78.999
<b>Posição Passiva</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros	(193.896)		(193.896)	(193.896)	(193.896)
<b>Subtotal</b>	<b>27.146</b>		<b>6.131</b>	<b>56.138</b>	<b>106.145</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(173.324)</b>		<b>(181.539)</b>	<b>(170.054)</b>	<b>(158.569)</b>

(\*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é

impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para o exercício findo em 2022, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R\$173.324, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, e em função da Companhia não possuir atualmente limitadores, levaria a valor presente positivo de R\$170.045 e 158.569 respectivamente.

## b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 2022, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Controladora					
Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(397.858)		(397.858)	(397.858)	(397.858)
Swap de Juros	-	Alta CDI	-	-	-
<b>Posição Ativa</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos	460.189		460.189	460.189	460.189
	-		-	-	-
<b>Posição Passiva</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(403.710)		(403.710)	(432.775)	(461.574)
Variação - CDI + TJLP	-		-	(29.065)	(57.864)
<b>Subtotal</b>	<b>56.479</b>		<b>56.479</b>	<b>27.414</b>	<b>(1.385)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(341.379)</b>		<b>(341.379)</b>	<b>(370.444)</b>	<b>(399.243)</b>

Consolidado					
Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(787.337)		(787.337)	(787.337)	(787.337)
Swap de Juros	-	Alta CDI	-	-	-
<b>Posição Ativa</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos	836.727		836.727	836.727	836.727
	-		-	-	-
<b>Posição Passiva</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(795.488)		(795.488)	(842.080)	(888.024)
Variação	-		-	(46.592)	(92.536)
<b>Subtotal</b>	<b>41.239</b>		<b>41.239</b>	<b>(5.353)</b>	<b>(51.297)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(746.098)</b>		<b>(746.098)</b>	<b>(792.690)</b>	<b>(838.634)</b>

(\*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2022 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável (*))	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	246.320	Alta CDI	30.174	37.718	45.261
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(193.896)	Alta CDI	(23.752)	(29.690)	(35.628)
	(1.122.683)	Alta CDI	(137.529)	(171.911)	(206.294)
	(1.052.316)	Alta TJLP	(75.767)	(94.709)	(113.651)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.887.731)	Alta IPCA	(109.111)	(136.389)	(163.667)
Subtotal (**)	(4.256.626)		(346.159)	(432.699)	(519.240)
<b>Total - (Perdas)</b>	<b>(4.010.306)</b>		<b>(315.985)</b>	<b>(394.981)</b>	<b>(473.979)</b>

(\*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2023 (12,25% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2022 e IPCA 5,78% ao ano e TJLP 7,20% ao ano.

(\*\*) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$279.684.

## 25. Lucro por ação básico e diluído

	Controladora	
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	360.606	181.228
Média ponderada em milhares de ações ordinárias	56.524	35.313
<b>Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$ (*)</b>	<b>6,38</b>	<b>5,13</b>

(\*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

## 26. Benefícios pós-emprego - consolidado

### Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

As controladas EAM, LXTE, LMTE e LTTE são patrocinadoras de plano de benefício previdenciário aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida, administrado pela ENERGISAPREV - Fundação Energisa de Previdência. Os planos nessa modalidade, não estão sujeitos à avaliação atuarial no âmbito do CPC 33 (R1).

O plano de benefício Plano Energisa CD, por ser na modalidade contribuição definida puro, têm seus benefícios de riscos totalmente terceirizados com seguradora.

Em 31 de dezembro de 2022 o plano possui 31 participantes ativos, nenhum auto patrocinado, nenhum BPD e nenhum assistido.

A contribuição da patrocinadora para o plano de benefício previdenciário durante o exercício de 2022 foi de R\$22.

### Plano de saúde

A controlada EPA I, mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado.

A controlada participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei

nº 9.656/98). No exercício de 2022 as controladas EGO I e EPA I procederam o cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego (Despesas de Assistência Médico-Hospitalar) tendo apurado o montante de R\$1 (R\$1 em 2021) referente as perdas atuarias contabilizados em outros resultados abrangentes líquido de tributos.

No exercício findo em 2022 as despesas com o plano de saúde foram de R\$683 (R\$75 em 2021 no consolidado). Inclui R\$1 de atuário de plano de saúde em 2022.

	2022	2021
Valor presente da obrigação no início do ano	2	4
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	1	1
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	(1)	(3)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	2	2
Circulante	1	1
Não circulante	1	1

Demonstração das despesas para o exercício de 2023 no consolidado, segundo critérios do CPC33 (R1) é como segue:

	2023
Valor presente da obrigação no início do ano	1

#### a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	SULAMERICA
	2022
<b>VARIÁVEIS ECONÔMICAS</b>	
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	6,26%
Expectativa Real de Inflação Futura	5,00%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	11,57%
Taxa de Crescimento de Benefícios	5,00%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,00%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	9,20%
Taxa de Rotatividade	5,50%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%
Fator de Envelhecimento	3,00%
<b>TÁBUAS BIOMÉTRICAS</b>	
Tábua de Mortalidade	BR-EMR 2015 por sexo
Tábua de Inválidos	M-85 por sexo
Entrada de Invalidez	LIGHT (fracas)
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado

## 27. Meio ambiente (\*)

Na implantação e operação dos ativos de transmissão das controladas são realizados todos os cuidados ambientais necessários para evitar e/ou mitigar os impactos socioambientais inerentes ao empreendimento, traduzidos em programas específicos, validados junto aos órgãos ambientais licenciadores. Ressalta-se ainda que os programas e projetos socioambientais desenvolvidos estão alinhados ao desenvolvimento sustentável de cada região.

Merecem atenção algumas ações as quais são destacadas abaixo:

**1. Programa de Monitoramento e Conservação da Fauna** - Tem o objetivo principal monitorar as espécies da fauna terrestre, e assim, avaliar a influência dos impactos possivelmente gerados pela implantação do empreendimento, fornecendo subsídios para proposição de medidas mitigadoras e de manejo, a médio e longo prazo, caso seja necessário.

**2. Monitoramento e manejo da flora** - A flora é contemplada em programas de monitoramento e manejo, tais como resgate de germoplasma (sementes), cujo objetivo é a proposição de medidas eficazes de conservação dos recursos biológicos e genéticos vegetais na área diretamente afetada pelo empreendimento, visando mitigar e compensar o impacto relacionado à perda de cobertura vegetal nativa; e programa de reposição florestal, cujo objetivo é realizar a compensação ambiental pela vegetação suprimida em decorrência da implantação do empreendimento, monitorando o sucesso das brotas, como forma de aferir a efetividade das ações implementadas, corrigindo-as sempre que necessário.

**3. Controle e Monitoramento de Ruídos** - o objetivo deste programa é monitorar o nível de ruído ambiente nas áreas vizinhas ao empreendimento, tornando possível aferir a relevância do impacto acústico nos receptores próximos e propor medidas preventivas e de controle sobre as fontes de perturbação sonora. Uma das metas desse programa é a manutenção dos níveis de ruído ambiente nas imediações da operação que garantam a manutenção da qualidade acústica recomendada pela norma ABNT NBR 10151:2000 para o ambiente de inserção do empreendimento.

**4. Controle e Monitoramento de Processos Erosivos** - programa visa estabelecer e padronizar atividades preventivas e corretivas que visem promover o controle e monitoramento de processos erosivos que possam ocorrer durante a instalação e operação do empreendimento. As ações propostas são empregadas tanto nos pontos onde há erosão ocorrendo bem como na prevenção ao surgimento de novos processos erosivos.

**5. Gestão de Resíduos Sólidos** - programas elaborados no âmbito do licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras, cujo objetivos são reduzir a geração de resíduos na fonte primária, adequar a segregação na origem e assegurar o correto manuseio, armazenamento temporário e destinação final dos resíduos sólidos ou disposição final de rejeitos, de modo a controlar e minimizar riscos ao meio ambiente, aos trabalhadores e às comunidades próximas ao empreendimento.

**6. Comunicação Social** - programa busca estabelecer um fluxo de comunicação e informação entre os mais diversos públicos e o empreendedor, por meio da utilização de estratégias e canais de comunicação eficazes, utilizando linguagem clara, permitindo, então, o compartilhamento de informações de forma sistemática e transparente, visando reduzir ao máximo os conflitos potenciais e problemas relacionados à instalação do empreendimento.

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2022, os montantes investidos nesses programas e práticas totalizaram R\$5.975 (R\$3.885 em 2021).

**Aspectos ambientais** - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. As licenças expedidas para as controladas são como segue:

Licenças expedidas pela Companhia e suas investidas				
Empresa	Trecho	Licenças Operação (LO) ou Instalação (LI)	Data Emissão	Vencimento
EGO I	SE Rio Verde Norte - SE Jataí	LO 78/2020	17/02/2020	17/02/2030
EPA I	SE Santana do Araguaia - SE Xinguara	LO 12.417/2020	29/09/2020	28/09/2025
EPA II	SE Sossego - SE Xinguara e SE Serra Pelada - SE Sossego	LO 13.172/2021	09/12/2021	08/12/2026
ETT I	SE Palmas - SE Dianópolis e SE Dianópolis - SE Gurupi;	LI 8.438/2020	21/10/2020	19/10/2026
	SE Dianópolis - SE Barreiras	LI 1.376/2020	17/12/2020	17/12/2022

(\*) As informações estão fora do escopo dos auditores independentes.

No exercício findo em 2022, os montantes investidos nesses programas e práticas totalizaram R\$4.949 (R\$6.317 em 2021) alocados no ativo imobilizado ou intangível, no consolidado.

## 28. Informações adicionais aos fluxos de caixa - consolidado

Em 2022, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	2022	2021
<b>Outras transações não caixa</b>		
Remuneração do ativo de contrato da concessão	4.797.346	1.157.104
<b>Atividades Operacionais</b>		
Aquisição de infraestrutura fornecedores a prazo	22.976	11.435
<b>Atividades de Investimentos</b>		
Aquisição de infraestrutura em curso a prazo	22.976	11.435
<b>Atividades de financiamento</b>		
Aumento de Capital	27.123	-

## 29. Eventos subsequentes

### 29.1 Entrada em operação de controlada

A Controlada Energisa Tocantins transmissora I obteve em 26 de janeiro de 2023 junto a ONS o termo de liberação da função de transmissão 3 que abarca a linha de transmissão 230Kv Dianópolis II - Barreiras II, subestação Barreiras II e subestação Dianópolis II. A obra foi concluída com a antecipação de 14 meses frente a data regulatória prevista.

### 29.2 Decisão do STF sobre “coisa julgada” em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo pela perda de efeitos das decisões individuais transitadas em julgado quando, em controle de constitucionalidade, ocorrer mudança do entendimento da corte em julgamento de temas tributários. Avaliando as decisões judiciais com trânsito em julgado, a Companhia e suas controladas não identificaram casos em que houve modificação de entendimento pelo Supremo Tribunal Federal, para a data base de 31 de dezembro de 2022.

## Declaração dos Diretores da Energisa Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”) sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2022

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 16 de março de 2023.

Gabriel Mussi Moraes  
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Gioreli de Sousa Filho  
Diretor sem Designação Específica

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi  
Diretor de Transmissão

Vicente Côrtes de Carvalho  
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial

Rodolfo da Paixão Lima  
Contador - CRC RJ 107310-O “S” MG

## Declaração dos Diretores da Energisa Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”) sobre o Parecer dos Auditores Independentes

---

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 16 de março de 2023.

Gabriel Mussi Moraes  
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Gioreli de Sousa Filho  
Diretor sem Designação Específica

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi  
Diretor de Transmissão

Vicente Côrtes de Carvalho  
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial

Rodolfo da Paixão Lima  
Contador - CRC RJ 107310-O “S” MG

## Conselho de Administração

---

**Ivan Müller Botelho**  
Conselheiro

**Ricardo Perez Botelho**  
Conselheiro

**Marcelo Silveira da Rocha**  
Conselheiro

## Diretoria Executiva

---

**Gabriel Mussi Moraes**  
Diretor Presidente e Diretor de Transmissão

**Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi**  
Diretor de Transmissão

**Maurício Perez Botelho**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

**Gioreli de Sousa Filho**  
Diretor sem designação específica

**Rodolfo da Paixão Lima**  
Contador  
CRC - RJ 107310-O "S" MG

**Vicente Cortes de Carvalho**  
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial

# **Energisa Transmissão de Energia S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Individuais e Consolidadas  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2022 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Energisa Transmissão de Energia S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Energisa Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Energisa Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principal assunto de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

## **Mensuração do ativo contratual**

*Porque é um PAA (Principal Assunto de Auditoria)*

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 12 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia, através das suas controladas, atua como prestadora de serviços, conforme contrato de concessão, sendo remunerada pela construção e implementação da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, bem como pela manutenção e operação de referida estrutura. Durante a sua fase de construção, a Companhia constitui, em contrapartida à receita de construção, um ativo de contrato, o qual passa a ser amortizado após o início das operações, à medida que as controladas executam a operação e manutenção da estrutura construída, e conforme o recebimento da remuneração pelo cumprimento de ambas as obrigações de performance. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$7.399.095 mil no consolidado.

O reconhecimento do ativo contratual e da receita das controladas da Companhia de acordo com o pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS15 - "Revenue from contract with customer") requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para definir os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada, e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Administração.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e de suas respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria.

*Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria*

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento da mensuração do ativo contratual incluíram, entre outros : (a) entendimento do processo de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas, por natureza; (b) entendimento e avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relevantes determinados pela Administração relacionados à captura, processamento e registro das transações referentes ao ativo contratual e a receita de contrato, de acordo com os requerimentos contábeis e com as condições contratuais; (c) entendimento dos critérios e premissas utilizados na determinação das margens de construção e operação e manutenção, das taxas implícitas aplicadas aos fluxos de recebimento futuro e dos montantes estimados de indenização sobre os valores residuais da infraestrutura de transmissão, quando aplicável; (d) testes substantivos relacionados às adições ao ativo de contrato, em base amostral; (e) recálculo dos fluxos de recebimento futuro dos projetos de infraestrutura (novas linhas, reforços e melhorias); (f) recálculo das atualizações monetárias e da remuneração financeira dos ativos de contrato em base amostral, a partir das condições contratuais estabelecidas e demais premissas utilizadas pelas controladas; (g) análise de eventual existência de contratos onerosos; e (i) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como resultado dos procedimentos de auditoria relacionados à mensuração do ativo contratual das controladas e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que os critérios de mensuração do ativo contratual e de suas respectivas receitas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 3.1 e nº 12 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

## Outros assuntos

### *Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### *Auditoria dos valores correspondentes*

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 16 de março de 2022, sem modificação de opinião.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC nº 1 RJ 065976/O-4